



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 107

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 1968

ATA DA 2ª SESSÃO, EM 3 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. AARÃO

STEINBRUCH.

As 10 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Guomard
Álvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petronio Portela
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Arnon de Melo
José Leite
Josaphat Marinho
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Bezerra Neto
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A lista de presença acusa o comparecimento de 19 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Em discussão a Ata.

Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sobre a Ata — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, estou certo de que a culpa não deve ser atribuída aos redatores da Ata e sim a mim próprio que, no pronunciamento formulado ontem, devo ter misturado requerimento de informações com a primeira parte do meu pronunciamento, que foi a propósito do que está acontecendo com o Serviço de Navegação da Baía do Prata S. A. Estou na tribuna menos para pedir a correção da Ata e mais para fixar bem que, no decorrer da sessão de ontem, o meu primeiro pronunciamento foi chamando a atenção das autoridades governamentais, em particular do Sr. Ministro dos Transportes, sobre o abandono em que se encontram os moradores das margens dos rios que formam a Baía do Prata. O Serviço de Navegação da Baía do Prata S.

SENADO FEDERAL

A. está em plena decadência, largando ao abandono mercadorias que estão nos portos para serem embarcadas, bem como passageiros.

Nesse sentido chamei a atenção sobre um ofício que o Presidente da Câmara Municipal de Presidente Epitácio endereçou ao Sr. Ministro Mário Andreazza, reclamando providências.

Desejo, portanto, que na Ata relativa a esta sessão conste exatamente isso: o pronunciamento que formulei foi a propósito do abandono em que se encontram os moradores ao longo dos rios que formam a baía do Prata, em consequência do desleixo do Serviço de Navegação da Baía do Prata S. A.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Constará da Ata a retificação solicitada pelo Senador Lino de Mattos.

Se mais nenhum dos Srs. Senadores desejar discutir a Ata vou dá-la como aprovada, com a retificação feita pelo Senador Lino de Mattos. (Pausa).

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Passa-se à leitura do Expediente, pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte Expediente:

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comunicação do pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado e remessa de proposição à sanção:...

Nº 02.851, de 27 de junho do corrente ano — com referência à rejeição das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 1.139-68, na Câmara e n.º 65-68, no Senado, que considera de utilidade pública a Fundação Ford (The Ford Foundation), com sede em New York, Estados Unidos da América do Norte. (Projeto enviado à sanção em 27.6.68).

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa requerimentos de informações que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 857, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1º) A prorrogação ordenada pela Companhia de Defesa da Economia

Popular (CADEP) dos preços no varejo aos gêneros de sua tabela, deva-se à entrada em mercado de novas safras dos principais produtos componentes daquela tabela?

2º) Em caso afirmativo, a fartura das novas safras não determinará a queda dos preços?

3º) Ainda em caso afirmativo, a manutenção da tabela integral da CADEF, quando ocorre a queda dos preços, não atenta contra os interesses do consumidor, atendendo a que os artigos que baixaram terão forçosamente seus preços sobrefaturados e os que estão acima da tabela continuarão ou desaparecerão do mercado?

Sala das Sessões, 3 de julho de 1968 — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 858, de-1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes o seguinte pedido de informações:

1º) Qual o montante dos recursos financeiros existentes, nesta data, no Fundo de Marinha Mercante?

2º) Qual o total dos financiamentos para construção de navios, fornecidos do início do Governo Costa e Silva até a presente data? (Enumerar uma a uma, as empresas que receberam financiamentos e o número de navios destinados a cada uma, já construídos e em construção).

3º) Considerando que o Lóide Brasileiro foi transformado em sociedade de encontra mista, para lhe ser dada maior autonomia administrativa, certo se justifica que a sua direção seja escolhida pelo Presidente da Comissão da Marinha Mercante?

Sala das Sessões, 3 de julho de 1968 — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 859, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil o seguinte pedido de informações:

1º) Qual o montante das subvenções e doações feitas pela Prefeitura do Distrito Federal e Novacap, em moeda corrente, ao Estádio Nacional de Brasília, desde a sua fundação até a presente data?

2º) Quais os serviços e respectivos valores executados e pagos com recursos orgamntários da Prefeitura do Distrito Federal e da Novacap, para a construção ou obras do Estádio Nacional de Brasília?

3º) Está nas cogitações da Prefeitura do Distrito Federal a encampação do Estádio Nacional de Brasília?

Sala das Sessões, 3 de julho de 1968 — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Os requerimentos lidos independem de deliberação do Plenário. De acordo com o art. 213, letra d), do Regimento Interno, serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nº 235-68, enviada pelo Ministro das Minas e Energia (Aviso nº GM-386, de 2.7.68);

Nº 442-68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 788-GM, de 1.7.68);

Nº 529-68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 782-GM, de 1.7.68);

Nº 531-68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 783-GM, de 1.7.68);

Nº 538-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 410, de 2.7.68);

Nº 550-68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 784-GM, de 1.7.68);

De autoria do Senador Edmundo Levi

Nº 503-68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 781-GM, de 1.7.68);

De autoria do Senador Raul Giuberti

Nº 629-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 409, de 2.7.68).

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A Presidência recebeu Ofício do Sr. Ministro das Minas e Energia, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 60-68, de autoria do Senador José Ermírio.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo para resposta ao referido Requerimento. (Pausa)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, diante da crise estuante, que a ninguém é dado ignorar, há crises paralelas importantíssimas e que estão a exigir do Governo prontas medidas para que possam ser convenientemente debeladas.

Fala-se, hoje, que a tônica de todos os movimentos que se processam no mundo inteiro é a velha liberdade, sem cujo exercício o homem não passa de uma coisa, de um objeto, de um robô. Nós temos, ontem, o pronunciamento feito pelos jornalistas do meu Estado político, quando, em assembleia, declararam sua integral, sua total identificação na luta pelas liberdades democráticas, condenando o terrorismo como meio inadequado e indigno aos objetivos do povo.

Os jornalistas da Guanabara resolveram distribuir um manifesto, em que toda a classe é convocada para uma participação enérgica na luta em defesa de alguns pontos que a classe julga serem fundamentais.

Os oito pontos aceitos, unanimemente, pela assembleia de jornalistas do Estado da Guanabara, que representavam a imprensa falada, escrita e televisada, são os seguintes: (Lê)

"1) libertação imediata de todos os presos por motivos políticos;

2) aprovação do projeto que admita todos os condenados por delito de opinião, no exercício da profissão;

3) garantias para o exercício da profissão, contra a crescente repressão policial, a repórteres e fotógrafos."

Nós que temos, diariamente, os principais periódicos do Rio e de São Paulo, vemos fotografias que nos envergonham perante o mundo civilizado — as de jornalistas espancados, maltratados, feridos, seviciados quando no exercício da profissão.

E sem imprensa livre, liberta do medo, sem jornalistas capazes e garantidos para o exercício da difícil profissão que escolheram não há também, democracia plena, não há um estado de direito, estruturado nas bases democráticas que defendemos. (Lendo:)

"4) Punição dos responsáveis pelas torturas e humilhações, em prisões civis e militares, fato que se torna corriqueiro, sob a complacência do Governo."

A impressão, muitas vezes, que se tem é que voltamos à Idade Média, à Idade das Trevas, quando a força do Direito era sobrepujado pelo direito da força; quando as competições filosóficas eram decididas pelo amoldamento dos que criticavam os mais fortes — mais fortes porque apoiados nos detentores do poder daquela época.

Eu, ontem, lia sobre a grande luta que se travava entre os partidários do culto à imagem e aqueles que o condenavam, e fiquei assombrado diante da selvageria, diante da destruição mútua, pelas armas, pela força bruta, diante do aniquilamento de famílias inteiras pelos que se constituíam maioria, no instante da luta. A Igreja dividida em duas facções que se digladiavam, usando da brutalidade para impor a sua convicção sobre o assunto a que me referi.

Parece que estamos voltando àquela mesma Idade, mas já agora no campo político, no campo ideológico, em que o homem substitui o poder da sua inteligência, o poder da sua cultura, pela força bruta que, se consegue uma vitória, muitas vezes semelhante à de Pirro, se vence naquele instante o adversário, não convence porque as armas empregadas não foram as convencionais.

"Restrito apoio à luta estuante por uma Universidade de-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Circulação nos edifícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

mocrática e voltada para as necessidades do desenvolvimento nacional independente."

Qual o brasileiro de bom-senso que poderia opor qualquer resistência a um ponto como este, que os jornalistas do Brasil defendem?

Universidade democrática, com autonomia própria, portanto, com liberdade de cátedra, voltada para as necessidades do desenvolvimento nacional independente. E poderíamos passar horas discutindo, para justificar este ponto do manifesto dos jornalistas que se reuniram na Guanabara, nesta semana.

Sr. Presidente, criou-se no Brasil, logo depois ou durante um período também de crise, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, um tipo de universidade que seria construída sob a forma de fundação. O Governo reconhecia e proclamava a sua incapacidade para manter universidades oficiais, universidades do povo.

Muitas e muitas vezes tenho ouvido, com certo estarcimento, a tese de que toda obra educativa mantida pelo Estado é frágil, fadada ao mais completo e absoluto fracasso, e que só as universidades, as organizações de ensino privadas é que fazem o sucesso dos povos.

Não é verdade, a afirmativa não procede. E os países mais poderosos do mundo estão aí a contraditá-la.

O mundo capitalista reconhece que há no mundo socialista países que avançaram na conquista da Ciência e, em a conquistando, desenvolveram-se de maneira assombrosa. Também há países que, com as suas universidades privadas, têm alcançado grande sucesso no campo da pesquisa e do desenvolvimento.

Mas, no Brasil, por que foram fundadas essas universidades com a categoria de fundações? Não podendo manter as universidades existentes — diziam os defensores do novo sistema — o Governo teria que apelar para os particulares, e estes então iriam financiar, mantendo as universidades, que teriam então que ser transformadas em fundações.

Quais os resultados práticos, num País em desenvolvimento ou, como alguns ainda chamam, subdesenvolvido como o nosso? 89% dos recursos para a manutenção das nossas universidades são fornecidos pelo Governo Federal.

As universidades oficiais pertencem ao povo, são sustentadas e mantidas pelo povo; é fruto do trabalho, do suor, das dificuldades do povo. Os impostos cobrados, pagos pelo povo, representam as ua base de sustentação. Se são mal orietadas, se são mal preparadas, se estão mal apetrechadas, se não são bem administradas, a culpa não é do povo que, pelos seus grandes sacrifícios, as mantém.

O mesmo raciocínio se aplica aos colégios, aos estabelecimentos de ensino médio e de ensino primário.

Não temos ainda um planejamento. Não há planos saídos desse planejamento. Não há entusiasmo para

que os vocacionados para o magistério ao magistério se dediquem.

Porque o professor, no Brasil é um marginalizado, é um segregado, como se fosse um pária da sociedade.

Repiro, 89% dos recursos para a manutenção dessas universidades-fundações continuam sendo fornecidos pelo Governo Federal. As dotações particulares atingem apenas 8% do total. Os outros 3% são contribuições das taxas e anuidades.

Em Brasília temos uma universidade. O seu reitor é um homem probo, é um homem culto, é um humanista por excelência. Essa universidade foi organizada sob a forma de fundação. Não tinha similar no Brasil, diferia das existentes, era uma experiência nova.

Pois bem, como era mantida, vinha sendo mantida e está sendo mantida a universidade de Brasília?

Auxílios polpudos da União, através das dotações, são anualmente, incluídas no Orçamento da União; renda da Companhia Siderúrgica Nacional, que, anualmente, teria, por lei, de depositar determinada quantia nos cofres da Universidade de Brasília, para desenvolvê-la e mantê-la; Fundo Rotativo da "Editora Universidade de Brasília" e metade dos lucros anuais da Rádio Nacional, destinados à Rádio Universitária de Brasília que, como a do Congresso, creio, nunca foi inaugurada, nunca foi sequer instalada. Pois nós temos uma declaração do Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, denunciando que a nossa Universidade não vem recebendo as quotas que lhe são devidas pela Companhia Siderúrgica Nacional. Todos nós sabemos, no entanto, que cortes vem sendo feitos, como de contenção de despesas, de economia, principalmente, nos orçamentos do Ministério da Saúde, da Agricultura e da Educação.

Quando os estudantes, portanto, se arregimentam e lutam contra a transformação das universidades oficiais em fundações, estão cobertos de razão. No Brasil, tal experiência não vem dando resultado. A prova está neste pandemônio, nesta incompreensão, nesta crise que se vem agravando, dia após dia, no sistema educativo brasileiro, principalmente no sistema universitário.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — No momento em que V. Exa. se refere ao problema da transformação das universidades em fundações, convém que se fixe bem o grande argumento que tem sido invocado pelas áreas favoráveis a essa mudança. Tem-se dito que, nos Estados Unidos, de modo geral, a universidade é fundação. Pois bem V. Exa. deve ter lido, há cerca de dez dias, noticiário segundo o qual as universidades particulares americanas estão-se dirigindo ao governo para pedir suprimento de recursos para sua manutenção regular. Sabemos que, ali, os detentores do poder econômico, comumente destinam par-

celas vultosas à constituição de organizações, seja escolas, seja bibliotecas, seja museus, seja universidades, para o desenvolvimento do ensino. Tal fenômeno não se verifica no Brasil. Imagine-se, portanto, o que não será a transformação da própria universidade oficial em fundação sem que o Governo disponha de recursos bastantes para dar a esse estabelecimento o patrimônio necessário à sua manutenção e desenvolvimento regular.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Chama V. Exa., e muito bem, a nossa atenção para o caso, para o fenômeno americano. De fortunas colossais, habilmente o Estado deduz, no imposto de renda, parcelas consideráveis, e grandes empresas, empresários daquele país, se resolvem a contribuir para escolas, hospitais, etc. etc.

Mesmo assim, chama-nos a atenção o Senador Josaphat Marinho para o seguinte fato: as universidades norte-americanas estão apelando para o Governo daquele país, no sentido de serem melhor atendidas.

Conseqüentemente, o sistema não está tendo o resultado que era de se esperar, ou que eles esperavam.

Sr. Presidente, os jornalistas da Guanabara acrescentam como uma das suas principais reivindicações:

(Lendo)

"Fim da censura às atividades artísticas e aos noticiários de rádio e TV, bem como garantia de livre acesso às fontes de informações."

Nenhum Estado é democrático se não respeita, se não permite livre acesso às fontes de informação para que os noticiários da imprensa, sejam baseados em fatos irrefragáveis, irrespondíveis. E quando os jornalistas pleiteiam o fim da censura, é porque reconhece a classe que há censura. É óbvio!

(Lendo)

"Restauração do pleno exercício das liberdades democráticas, de acordo com a Declaração dos Direitos do Homem, do qual o Brasil é signatário."

Então, o manifesto dos jornalistas é sedioso? Pede a instituição, no Brasil, do Estado-Policial, da Ditadura, seja da extrema-esquerda, seja da convencional da centro, seja da direita, ou "a restauração do pleno exercício das liberdades democráticas, de acordo com a Declaração dos Direitos do Homem", declaração que subscrevemos e que, através dos nossos representantes, defendemos nas grandes reuniões que se processam na ONU?

Finalmente:

(Lendo)

"Fim das restrições à livre associação dos trabalhadores e estudantes e reconhecimento de suas legítimas organizações, hoje na ilegalidade."

Sr. Presidente, nós dizíamos que a crise do ensino, no Brasil, está na ordem do dia. Mas há outras crises, há outras tempestades, cujos sinais nós já avistamos nos horizontes pátrios.

Se os estudantes lutam pela reforma do ensino, lutam os operários também, porque tentam o direito de uma vida digna. Tenho estado com inúmeros funcionários públicos que me declararam: é impossível, em virtude da correção monetária, nós continuarmos pagando o que devemos ao Banco Nacional da Habitação. E, agora, leio este trabalho, fruto de uma pesquisa honesta que revela grande preocupação, já não digo medo do proletariado, mas da própria classe média, da pequena burguesia bra-

leira, pela situação em que se encontra o nosso País:

(Lendo)

O Plano Nacional de Habitação, ou seja o Plano que visa a possibilitar ao cidadão brasileiro, da classe média, civil ou militar, a aquisição da casa própria, está causando profundas decepções, revolta e em grande angústia nos milhares que, confinados, se inscreveram como candidatos a um empréstimo para adquirir seu modesto lar e passaram a mutuários e aí começaram a perceber a triste realidade, verificando que — quanto mais paga, mais deve'.

O argumento é do General Gerson de Pina, porta-voz de milhares de pessoas inscritas para a aquisição da casa própria, com financiamentos do Banco Nacional de Habitação, através de várias carteiras hipotecárias, pessoas estas que querem saber, aflitas, quando terminará essa terrível incoerência, que não têm explicação e como sair deste dilema, que ninguém sabe, ninguém explica, já no terceiro ano de espolição promovida por este tipo de correção monetária trimestral.

Quando cinquenta, cem mil pessoas se reúnem numa praça pública, ali estão estudantes, profissionais liberais, operários, funcionários públicos, cada qual reivindicando alguma coisa que julga importante, são parce-

las que, adicionadas, dão na grande soma dos que reivindicam.

Correção monetária trimestralmente feita! Quanto mais o indivíduo paga mais o indivíduo deve e a correção salarial não acompanha a correção monetária.

Então, quando se diz que fulano de tal adquiriu uma casa própria e agora a vendeu — que miserável, vendeu a casa que lhe foi entregue para que ele tivesse segurança no presente como no futuro! — esquece-se que a maioria vende a casa que adquiriu porque, em virtude dessas correções monetárias, não tem mais segurança, não pode pagar os juros e amortização devidos.

“o general Gerson de Pina, após analisar por vários ângulos, como se poderá verificar no decorrer desta reportagem, não ser verdade que a correção monetária em foco ocorria em correspondência com os salários. E indagou: “Final quando é que o povo deixará de pagar pelos desmandos de governos que inflacionaram este país. Os tribunais aí estão incoerentes-os. Eles continuam impunes. Então o jeito, para equilibrar nossa balança financeira é confiscar as economias do povo, ludibriando-o com um plano maró de habitação. Em seguida o ex-encarregado do IPM do ISEB fez comparações entre os coeficientes de correção monetária ocorridos em 1966, 1967 e 1968.

	1966	1967	1968
1º janeiro	4.403	7.497	4.108
1º abril	6.024	6.070	4.740
1º julho	12.898	6.250	—
1º outubro	8.757	4.584	—

Então, os mutuários, os que adquiriram casa por esse sistema, irão pagando mais cada trimestre, sempre mais. O saldo devedor vai aumentando. Como diz o general — e muito bem — as explicações técnicas são apresentadas, mas não eliminam o sofrimento daqueles que estão preocupados, porque sabem que não poderão, dentro em breve, continuar pagando as amortizações e os juros das casas que adquiriram.

Apresentam-nos, então, um quadro que confirma estas palavras.

Quatro mil mutuários já estão em atraso com os pagamentos das prestações sujeitas à cobrança pela Justiça, poderão perder tudo o que pagaram e também a esperança de casa própria.

Já está havendo uma mobilização dos que compraram casas financiadas pelo Banco Nacional de Habitação. Já estão se coordenando para pedirem, exigirem, uma modificação na lei é por isto, além de outros motivos, que os jornalistas da Guanabara no seu Manifesto defendem o

“fim das restrições à livre associação dos trabalhadores e estudantes, e reconhecimento de suas legítimas — organizações, hoje na ilegalidade”.

Defendem, portanto, o direito de reunião pacífica para que o povo, organizado, reivindique.

Temos ouvido aqui alguns discursos sobre este assunto, e um dos mais importantes — pronunciado creio que pelo nobre Senador Aarão Steinbruch, defendendo os inquilinos — mostrou-nos um quadro que poderia muito bem ser classificado de trágico.

Outros Senadores têm tratado do mesmo assunto. Esse da casa pró-

pria, foi levantado, no Rio de Janeiro e está merecendo toda a consideração do Senado.

A Argentina, querendo imitar o Brasil, liberou os aluguéis que estavam congelados há mais de vinte anos. E o que está acontecendo. Agora, no momento em que falamos desta tribuna, uma verdadeira mobilização de inquilinos, em toda a Argentina, que protestam, que repelem a decisão do governo ditatorial daquele país.

“Não haverá policiais em número suficiente para levar adiante todas as ordens de despejo”, disse um porta-voz dos inquilinos “de cerca de duzentas mil propriedades prediais da Capital federal afetadas pela nova lei de aluguéis”.

“Uma campanha de protesto organizada pelos comerciantes, não apenas pelos operários da cidade de Buenos Aires, está em curso”.

E a crise se agravou, e os motivos aí estão. Há semelhança: lá como aqui, todos desejam liberdade democrática; lá como aqui, mobilizam-se comerciantes, industriais, assalariados, reivindicando direito a uma vida digna. Lá como aqui, os estudantes defendendo uma profunda reforma do ensino, particularmente a reforma universitária. Como estamos é que não podemos continuar; ou, continuar como estamos, é que é impossível. E não desejamos, mais do que esperamos, que os homens que governam este País despertem e aproveitem a colaboração, que o povo lhes quer dar, porque, a esse momento, o que verificamos é um desejo de dialogar, do povo com o Governo. E quem dialoga, colabora.

Senhor Presidente, soube, e aqui termino, que um grupo de professores, e creio que também de estudantes, mas a notícia primeira que eu tive é que o grupo era de professores — representando aqueles que se concentraram no Rio de Janeiro, naquela grande passeata, esteve com o Presidente da República, apresentando-lhes as suas reivindicações.

Não tenho, em mãos, o resultado real e concreto dos entendimentos; não sei mesmo se houve entendimentos, ou se tudo terminou numa desentendimento melhor, mas desejo que haja o entendimento necessário, para que este País progrida, para que este País se desenvolva.

Senhor Presidente, eis os dados que nós trouxemos e que servem de informações para formularmos o nosso pensamento sobre o que se processa neste País. Antes das férias regulamentares, inúmeras escolas fechadas e ninguém sabe, quando cessarão as férias que se vão iniciar daqui a poucos dias. Mas, que o Governo entenda e desperte por esta realidade: o povo deseja dialogar, deseja entendimento, deseja ser compreendido, deseja colaborar. Aceite o Governo todos os movimentos que se vê processando e que vêm do povo — eu não faço de grupos, de pequenos grupos, mas falo do povo — como povo brasileiro, como oportunidade de entendimento, e os entendimentos se processarão através de fatos concretos que dentro das possibilidades atuais, devem aparecer.

Há coisas que o governo, desejando fazer agora, não pode, mas há muitas coisas que pode fazer. Há empregos que nós não compreendemos por que existem. Então, que esses acima do governo, acima de todos nós dos nossos interesses políticos ou particulares, estão os soberanos, os grandes interesses da coletividade brasileira.

Era só, Senhor Presidente. (Muito bem, Pámlas. O orador é cumprimentado)

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o Senhor Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, vou formular uma afirmação extremamente séria afirmação grave. Acredito que, se o Marechal Costa e Silva dela tomar conhecimento, exigirá um pronunciamento do órgão a que o assunto está afeto.

Faço esta afirmação porque, em matéria de administração pública e no trato dos dinheiros públicos, acredito honesta e sinceramente na absoluta correção do Mal. Costa e Silva, Chefe desta Nação.

Estou convencido de que Sua Excelência está inteiramente aheio aos problemas que vou focalizar.

Respondendo a um requerimento de informações por mim formulado, o Ministério da Indústria e Comércio deixou-me a convicção de que o grupo interessado na venda da Fábrica Nacional de Motores preparou a liquidação econômica e financeira da organização para justificar a sua venda a capitais estrangeiros.

Veja-se, Senhor Presidente, Senhores Senadores, que me louvo, para fazer a afirmativa que faço, num documento oficial, pois que se trata da resposta encaminhada ao Senado Federal pelo Ministro da Indústria e Comércio.

Vejam os que afirmo: conforme é notório, a decisão de se vender a Fábrica Nacional de Motores foi tomada pelo Governo do Marechal Castello Branco, por decreto-lei publicado em janeiro de 1967.

Vejam os se havia razões para justificar a venda da Fábrica Nacional

de Motores, por motivo de deficit na sua movimentação.

E' o Governo que afirma: (Lendo)

“Em 1963, a Fábrica Nacional de Motores deu um superavit — portanto, um lucro líquido de NCr\$ 1.193.971,26; no ano seguinte, 1964, a Fábrica Nacional de Motores deu um lucro líquido de NCr\$ 892.220,89; em 1965, a Fábrica Nacional de Motores deu um lucro líquido de NCr\$ 3.008.060,60; em 1966, a Fábrica Nacional de Motores deu um lucro líquido de NCr\$ 1.456.190,87”.

São, portanto, quatro anos sucessivos durante os quais essa Organização não deu prejuízo e, sim, lucros, exclusivamente lucros.

O grupo interessado, na venda da Fábrica Nacional de Motores deve ter arrancado do falecido Presidente Castello Branco o decreto autorizando a venda. Entretanto, precisava provar, na prática, que se justificava a venda da Fábrica porque a mesma era deficitária, conseqüentemente, prejudicial aos interesses da Nação.

Vem então o ano de 1967, e, surpreendentemente, a Fábrica Nacional de Motores, que havia dado lucros em 63, 64, 65 e 66, num ano só — em 1967 — consegue dar o astronômico prejuízo de NCr\$ 11.594.997,04, mágica só possível àqueles interessados em realizar um grande negócio melhor dito, de acordo com o vocabulário popular, uma grande negociação.

Creio, Senhor Presidente, não precisar dizer mais. Os algarismos, em cruzetões, falam mais do que qualquer discurso. Estou convencido de que, amanhã, a imprensa, possivelmente, publicará três ou quatro linhas, dizendo que o “Senador Lino de Mattos fez um pronunciamento a propósito da Fábrica Nacional de Motores”. Os algarismos não virão a público a comparação que estou fazendo, objetivamente, de que aquela entidade industrial deu lucro, sucessivamente, durante 4 anos, para, no ano da sua venda, dar um prejuízo astronômico, não será objeto de apreciação, por parte da imprensa. Isso não interessa é essencial de somenos.

Aliás, Sr. Presidente, é sobre o que, de dias a esta parte, venho insistindo no que diz respeito ao Lóide Brasileiro.

O plano é absolutamente idêntico: procurar fazer com que a organização dê prejuízo, para mostrar ao Chefe da Nação a necessidade da sua venda para aqueles interessados no negócio, ou melhor, na negociação.

Mostrarei, oportunamente, como me assiste razão quando estabeleço esta comparação entre a Fábrica Nacional de Motores e o Lóide Brasileiro.

Igualmente já se está anunciando a organização de grupos para explorarem não só o transporte de cabotagem como também o Internacional, para o estrangulamento do Lóide Brasileiro.

Ontem afirmei e hoje repeli que o Serviço de Navegação da Baía do Prata tem condições técnicas e materiais para atender, inteiramente, aos interessados que moram ao longo das margens dos rios que formam aquela baía. Entretanto, o material não está sendo usado, porque o esquema é o mesmo, Senhor Presidente: desmoralizar a organização provar que ela é deficitária a fim de se poder fazer um bom negócio, uma boa negociação, um negócio poluído.

Não acredito — repito — que o Presidente Costa e Silva conheça detalhadamente o que está acontecendo nesse setor da sua administração pública. Estou convencido — reafirmo de que se, meu pronunciamento, chegar ao conhecimento do Chefe da Nação, providências serão tomadas. Repito, Senhor Presidente, que os algarismos, as cifras, os cruzetões por

min mencionados como lucros e, finalmente, prejuízos em 67, provam a sociedade o que afirmo e justificam escândalo pela imprensa e providências do Chefe da Nação.

Parece-me que não ficaria mal se algum jornal de responsabilidade, independente que não esteja jungido a compromissos com anunciantes, viesse amanhã noticiar com manchetes, a negociata que se está verificando em torno da venda da Fábrica Nacional de Motores.

Era o que eu desejava dizer, Senhor Presidente. *(Muito bem)*

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o nobre Senador José Guimard.

O SR. JOSÉ GUIOMARD:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, nesta triste convocação, neste vazio plenário, venho, no entanto, falar a V. Excelência, Senhor Presidente, a alguns poucos companheiros, ao meu Estado, à taquígrafia e — por que não dizer — à minha própria consciência.

Quero referir-me à assinatura de um convênio entre a Secretaria de Educação do Acre e o Ministério da Educação e Cultura. Não é um ato porque, no caso, somos os primeiros, porque, no caso, somos os primeiros, a firmar convênio dessa natureza, no corrente ano. Por quê? Porque o Acre tem as suas contas, as suas obrigações com aquele Ministério em dia.

Em verdade, o investimento, em educação, nem todos desejam fazer, embora afirmem que o estão fazendo, porque ele dá lucros muito tardiamente, passa quase sempre um tanto ou quanto desconhecido. E, no entanto, o investimento mais útil mas que não dá, no primeiro momento, votos nem eleitores.

No caso do Acre, desejo destacar que firmou esse contrato com os altos funcionários do Ministério da Educação jovem professora, Srta. Florentina Esteves, que representa condignamente a juventude do meu Estado. Escolhendo-a, o Senhor Governador Jorge Kalume não se deixou intimidar por pressões de qualquer natureza, da juventude, ou da velhice, mas rendeu homenagem àquela juventude acreana que, de fato merece estar à testa desse notável órgão do serviço público, que é uma Secretaria de Educação.

Trata-se de uma jovem, competente professora, entusiasta, que está prestando os maiores serviços à sua terra.

Quero ler, Senhor Presidente, para que conste dos Anais desta Casa, o ofício que acabo de receber do Ministério da Educação, a respeito desse evento:

(Lendo)

“Senhor Senador:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nesta data, o Governo do Estado do Acre, através de seu Governador Doutor Jorge Kalume, veio de comunicar ao Ministro de Estado da Educação e Cultura Deputado Tarso Dutra, sua disposição quanto ao oferecimento contrapartida para ocorrer à assinatura de convênios de assistência financeira do Ministérios aos Estados.

2. Procedidas as análises devidas, a Professora Florentina Esteves assinou os convênios referentes ao Ensino Primário e ao Ensino Médio, tendo deixado um exemplo digno de nota, oferecendo uma contrapartida quase dez vezes superior ao que o Ministério oferece àquela Unidade da Federação. Toda a ajuda financeira da União no orçamento federal soma as seguintes importâncias, para o Estado do Acre:

Ensino Primário 71.280,00
Ensino Médio 39.616,84

3. O expediente referente à contrapartida está nos seguintes termos:

Senhor Secretário Geral,

Apraz-me informar a Vossa Excelência para os devidos fins que no presente exercício aplicaremos no setor educacional a importância de NCr\$ 2.779.796,78, (dois milhões, setecentos e setenta e nome mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros novos e setenta e oito centavos) sendo que deste total NCr\$ 849.186,78 (oitocentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e seis cruzeiros novos e setenta e oito centavos) representam despesas de custeio e a diferença no valor de NCr\$.. 1.930.610,00 (um milhão, novecentos e trinta mil, seiscentos e dez cruzeiros novos) constituem investimento de capital, na construção e ampliação do estabelecimento de ensino.

Cumprê-me ainda esclarecer a Vossa Excelência que a importância a ser aplicada no setor corresponde aproximadamente a 17% (dezesete por cento) do total do fundo de participação previsto para o corrente exercício e a 13% (treze por cento) do valor da receita orçamentária do Estado.

Por estes dados, poderá Vossa Excelência avaliar a decidida preocupação de meu Governo no sentido de bem assistir o setor educacional em nosso Estado.

Reitero a Vossa Excelência, na oportunidade os protestos de alta estima e distinta consideração. — *Jorge Kalume*, Governador do Estado do Acre.

4. Confiando no exemplo dignificante do Estado do Acre, esperando poder, no corrente ano, com recursos do Fundo de Participação, realmente reconhecer como prioritária a tarefa educacional ao nosso encargo, como brasileiros, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — *Edson Franco*.

E' pois, como disse a V. Ex.^a digno de congratulações o Governo do Acre, a sua Secretaria da Educação e o Ministério da Educação, pelo que vão fazer em benefício da mocidade e do porvir daquela jovem terra acreana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o nobre Senador Alvaro Maia.

O SR. ALVARO MAIA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, quero iniciar este meu discurso com uma profunda homenagem ao Estado do Acre e ao seu nobre Senador aqui presente, pela assinatura desse convênio que nobilita aquela gente e os que trataram do assunto. E quando se trata de problema qualquer, geográfico o populacional da Amazônia, de qualquer ponto, podemos assegurar que atinge toda a Amazônia, porque nessa esfera a dor, a alegria são genéricas.

Agora mesmo, Senhor Presidente, recebi apelo da Assembléia Legislativa do meu Estado a propósito da saúde pública.

O Sr. José Guimard — Permita-me interrompê-lo por um instante, a fim de não perder a oportunidade de agradecer a Vossa Excelência as palavras com que inicia, como sempre, as suas belas orações. O Senador Alvaro Maia, do grande Estado do Amazonas, foi, na verdade, o professor de todos nós e continua sendo um amigo da educação. Estou certo de que se todos os brasileiros que tivessem uma parcela de poder público fôssem um professor com Vossa Excelência, não teríamos, hoje, esse rumor de passeatas pelo País.

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço as palavras do nobre Senador José

Guimard, a respeito do que asseverel a propósito do Estado do Acre. Sua Excelência é um grande representante, mestre brasileiro, que conhece aquela região e, naturalmente, o que ele diz revela exatamente a fotografia de todo aquele Norte.

Agradeço a Sua Excelência as referências feitas. Mas eu ia dizendo, Senhor Presidente, que vou tratar, aqui, de assunto de saúde, daí a minha presença na tribuna.

Relaciona-se com assunto que o nobre Senador Cattete Pinheiro, antes da sua licença, aqui desdobrou, atingindo, por assim dizer, todo o Vale Amazônico embora se cingisse, apenas, ao Estado do Pará.

O Amazonas, no momento, segundo as estatísticas do IBGE, só o Amazonas, tem, em números redondos um milhão de habitantes. Deduzidos trezentos mil do capital, setecentos mil que trabalham no interior e, para esse setecentos mil, nós não temos quase médicos. A proporção, a estatística, é de um médico para mais de sete mil habitantes. E temos, como é natural, naquela região hospitais num e noutro pontos, mas esses hospitais também carecem de medicamentos e de médicos.

O Sr. José Guimard — Permita-me apartear de novo Vossa Excelência, nobre Senador. Quero referir-me aquilo que todos nós conhecemos. Trata-se de um problema de toda a Amazônia. Nós também temos enormes dificuldades de preenchimento de vagas de médicos no interior do Estado, a ponto de sermos obrigados — e como é triste reconhecer esse fato, a contratar médicos estrangeiros, embora tenham estudado no Brasil. Em quase todos os nossos Municípios foi essa a solução encontrada, que é triste, pois não se trata de uma solução inteiramente satisfatória porque temporária, mas é preferível fazer assim do que continuarem aqueles municípios sem nenhum médico, como Vossa Excelência está denunciando.

O SR. ALVARO MAIA — Novamente agradeço o aparte a respeito dessa questão. Até há médicos estrangeiros pela necessidade que nós temos na região amazônica.

Senhor Presidente, para quase um milhão de habitantes, temos apenas 536 leitos em hospitais do Governo Federal. 1.888 do Estado e 1.086 particulares quer dizer, na totalidade, 3.500 leitos.

Nessa situação, trancar um hospital, porque trancar é não ter medicamentos, é não ter médicos, revela, nesta hora da Operação Amazônia, verdadeiro crime e falta de humanidade.

Recebi, Senhor Presidente, um ofício da Assembléia Legislativa do meu Estado, atendendo a apelo de um Deputado de Itacatiara, município de jure, um tanto populoso dentro da relatividade da população do Norte, solicitando do Senhor Ministro da Saúde que envie verbas para o SESP daquela cidade, daquele município. Lá trabalham juteiros, castanheiros, seringueiros, mas principalmente juteiros desdobrados naqueles sertões atingidos pelas enchentes e, às vezes, numa situação orgânica de verdadeira miséria quando acabam o trabalho. Pois, nesta hora da Operação Amazônia, o SEP resolve por ordens superiores, não atender os que lá se encontram, nessa cidade, nesse município.

Para não me alongar, peço, apenas que este ofício, da Assembléia Legislativa, relatando o drama desse município, corste do meu discurso rápido, a fim de ser publicado, com a devida vênua, dos anais do Congresso.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALVARO MAIA — Com prazer.

O Sr. Edmundo Levi — Quero participar do discurso de V. Exa. Re-

cebi, também, a mensagem que está servindo de base ao seu pronunciamento. Em virtude de haver a Assembléia de nosso Estado aprovado o requerimento do Deputado Acácio Leite, a mensagem focaliza, em particular, a situação do SESP no Município de Itacatiara. Mas nós que pervagamos o Estado, em várias direções, sabemos que a situação descrita pelo nobre Deputado Acácio Leite, não retrata apenas o que ocorre no município de Itacatiara. Ela reproduz, com fidelidade, tudo que se passa do interior do Amazonas. As nossas populações hinterlandinas estão completamente abandonadas. Na região do Juruá, por exemplo, havia um médico — e creio que foi a ele que o eminente Senador José Guimard se referiu — paraguaio, se não me engano, homiziado naquele nosso interior, em consequência de perseguições políticas do seu Governo. Depois, por pressões e incompreensões, não sei partidas de quem, esse médico paraguaio, que trabalhava no município de Eirunepé, teve de mudar-se para o Acre e recebeu a acolhida a que fazia jus. Há bem pouco tempo, no município de Envira, por exemplo, houve uma calamidade — inúmeras pessoas morreram, atacadas por uma febre desconhecida e o prefeito local, apelando para o Governo do Estado do Amazonas, apenas recebeu como resposta um pedido de informações sobre se aquelas pessoas atingidas pela doença teriam sido ou não vacinadas contra a febre amarela. Além de não haver assistência, eminente Senador, de parte dos órgãos governamentais, quando alguém pretende reclamar providências, esses órgãos “driblam” as providências que deveriam ser adotadas e saem pela tangente, com perguntas, ao invés de atender com respostas. O SESP foi, por muito tempo, na realidade, o grande órgão assistencial do interior da Amazônia; implantado durante a II Grande Guerra, prestou reais serviços. Entretanto, depois, foi minguando, desaparecendo e, hoje, em dois ou três municípios apenas, existe representação do SESP, mas em condições de não poder trabalhar, porque, como denunciou o Deputado Acácio Leite, as verbas que lhe são destinadas não foram, até hoje, liberadas. Assim, as populações da Amazônia, pelo menos na nossa região, estão completamente abandonadas, no que tange ao aspecto assistencial. Lembrou, há pouco, o Deputado Wilson Calmon, médico, que talvez o funcionamento da Faculdade de Medicina do Amazonas venha, em breve, dar uma solução a esse problema. Deus queira que tal ocorra. Mas são tais as dificuldades para o funcionamento da própria Faculdade de Medicina, tais os problemas criados com as necessidades de assistência ao interior, que, quando a referida Faculdade chegar a diplomar médicos que possam assistir às populações hinterlandianas, talvez já não haja populações a ser assistidas, porque todas elas já estarão dizimadas pela absoluta falta de assistência. Quero incorporar minhas palavras ao discurso de V. Exa., pedindo desculpas pelo alongado do aparte, revelando o meu inteiro acordo com V. Exa., para que as autoridades da República saibam do que ocorre e possam providenciar a liberação da verba indispensável ao funcionamento do SESP.

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço o aparte de V. Exa., comprovando as assertivas a respeito do Amazonas e esta afirmativa de que, quando chegar por lá a assistência médica — contada, naturalmente, com um pouco de exagero — não será mais necessária, por não haver mais a quem tratar.

Lembro-me de um conto, uma crônica que li sobre este assunto. Um médico foi mandado para determina-

do ponto da Amazônia e houve muita tardança na condução. Levou muito tempo para chegar ao ponto de sua ação. Olhou, então, e viu as casas fechadas. Perguntou: "para que pediram médico?" "Para tratar dos doentes; mas já morreram". Tinham desaparecidos todos os doentes.

Relembrando o Alto Juruá, de onde V. Exa. é filho, quero relatar, rapidamente, o depoimento de um médico do SESP, Dr. Ciro Lacôrte, que viveu quinze anos prestando assistência àquela população e por fim, desistiu, foi obrigado a se afastar do SESP, porque não tinha elementos, nem medicamentos que o possibilitassem dar assistência aos necessitados.

O médico Dr. Lacôrte relatou, então, coisas verdadeiramente de romance. Por exemplo: em certos seringaais, naturalmente no Alto Juruá, quando comparecia a uma baraca, os moradores, as moradoras pediam licença para falar ao médico sobre a falta de medicamentos, quando estavam bastante doentes. Relatou-me que, muitas vezes, parceiro como é, teve de prestar assistência aquelas mulheres em folhas de bananeiras.

Esta a situação do SESP. Agora, de acordo com as demonstrações do Deputado Acácio Leite à Assembléia Legislativa, que nos foram transmitidas através de ofício da mesma, verifica-se que o SESP, na realidade, não está mais funcionando. Era o SESP a salvação das populações do interior amazônico, porque dispunha de hospital e lhes prestava assistência.

Venho, assim, aqui, para cumprir este dever, por se tratar da saúde, da assistência médica ao povo que se encontra em desespero. Quando o indivíduo está doente, ele se encontra às margens de um abismo para outro lado da vida e, naturalmente, tudo é permitido.

Com estas desculpas agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, e aos apertados aqui recebidos. (Muito bem.)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO MAIA NO SEU DISCURSO)

Nº 525

Manaus, 26 de junho de 1968.

Senhor Senador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa cópia autêntica do requerimento número 248, formulado pelo Senhor Deputado Acácio Leite, aprovado pelo Plenário deste Poder, em reunião do dia 20 do mês corrente, solicitando a Vossa Excelência a gentileza de interceder junto ao Senhor Ministro da Saúde, a fim de que sejam liberadas as dotações daquele Ministério destinadas à execução do plano de trabalho constante do Orçamento do SESP no Amazonas.

Sirvo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e muita distinguida consideração. — Ruy Araújo, Vice-Governador e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Cópia Autêntica — Requerimento número 248 — Senhor Presidente, Senhores Deputados: Na sessão ordinária do dia 17, falei desta tribuna do povo sobre a "Maternidade Senador Cunha Mello", em Itacoatiara. Desta vez focalizei a Unidade do SESP na sede daquele Município. Há mais de quinze anos que acompanho as atividades daquele órgão de Saúde Pública, que nos seus altos e baixos ainda desfruta do conceito de uns dos melhores serviços de saúde, no Estado, aqui no Brasil. No momento, o SESP, atravessa uma fase de paralisação de suas atividades, em face da falta de recursos financeiros, que lhe permitam um trabalho atuante e po-

sitivo. De seu orçamento para o Estado, pouco superior a um milhão de cruzeiros novos, para o Setor de Saúde, apenas tem sido liberada a dotação que atende ao pagamento de "Pessoal". Em consequência dessa retenção de verbas, a situação das Unidades do SESP no Estado, se agravam dia a dia porque não dispõem de medicamentos e outros materiais com que era costume assistir aos pacientes que recorriam ao SESP, como órgão de salvação pois, ali encontravam o Médico a servir até mesmo depois de oito horas de trabalho estafante o próprio remédio. Agora a situação é diferente, porque sem recurso financeiro para atender ao seu programa de assistência, observa a imensidade de pacientes que desoladamente perdem a esperança de conseguir lenitivo para seus sofrimentos físicos. Senhor Presidente, Senhores Deputados, este é o panorama que se descortina na minha cidade, Itacoatiara e parece que o mal já atingiu todas as Unidades do SESP, no Estado. Não posso caregar que esta situação desoladora seja consequência de providência do Governo Federal para conter a inflação, através do Ministério da Saúde. Concordo com todas as medidas governamentais que tenham por finalidade equilibrar a situação econômica financeira do país, evitando gastos supérfluos e snagrias ao erário público, todavia, não posso aceitar soluções do governo que tendem prejudicar a estrutura nacional, que se funda ou se baseia na saúde, e instrução de um povo que necessita ser forte para dar a Pátria o desenvolvimento reclamado. Em face desta situação, com base no Regimento Interno da Casa, consultado o Plenário, REQUERO que seja oficiado urgente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, aos Senhores Senadores e Senhores Deputados Federais da representação do Amazonas no Congresso Nacional, para que se dignem apelar ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, no sentido de que S. Exa., libere as dotações de seu Ministério destinadas à execução do plano de trabalho constante do Orçamento ao Serviço Especial de Saúde Pública do Amazonas, de forma a evitar um colapso total na assistência sanitária que suas Unidades prestam no interior do nosso Estado. — S. R. da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 20 de junho de 1968. — aa) Acácio Leite, Deputado; Martinho dos Santos Neves — Ismael Benigno — João Bosco Ramos de Lima — Osvaldo Monteiro — José Vello Ferreira — Francisco Queiroz — Rafael Faraco — João Valério — Aprovado pelo Plenário. Oficie-se. Em 20 de junho de 1968. — a) Anjremon D'Amazonas Monteiro, Presidente — A D. de Sínopse. A D. de Expediente. — 21 de junho de 1968 — a) W. Bastos, Diretor-Geral, em exercício — A Sec. da Diretoria — 21 de junho de 1968. — a) E. D. Tavares, D. Exp. em exercício.

Seção da Diretoria de Expediente da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 24 de junho de 1968. —

Confere com o original — Maria Idália A. Monteiro, Oficial Legislativo.

Está conforme: Francisca Mendes de Oliveira, Chefe de Seção, em exercício.

Visto: Elza Dantas Tavares, Diretor de Expediente, em exercício.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Não há mais oradores inscritos.

Se mais nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, vou

encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO Nº 850, DE 1968 Votação, em turno único, do Requerimento nº 850, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do Senado do editorial de O Globo, de 27 de junho de 1968.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 1968

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1968, de autoria do Senador Nogueira da Gama, que estabelece prazo para fornecimento dos documentos a que se refere o artigo 141, item I, da Lei nº 3.897, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), tendo Pareceres, sob números 518 e 519, de 1968, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Legislação Social, pela aprovação.

Está encerrada a sessão.

(Levantá-se a sessão às 12,10 horas)

ATA DA 3ª SESSÃO, EM 3 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SRs.: AARÃO STEINBRUCH E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

- Alvaro Maia
- Edmundo Levi
- Arthur Virgílio
- Sebastião Archer
- Wilson Gonçalves
- Arnon de Mello
- José Leite
- Josaphat Marinho
- Aarão Steinbruch
- Lino de Mattos
- Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declino aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara Nº 96, de 1968

(Nº 307-B-67, NA CASA DE ORIGEM)

Isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados material doado à Igreja Metodista Central de Belo Horizonte, Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados para a importação de uma máquina de escrever música; um duplicador Multilith, com acessórios; máquina elétrica

ca de escrever IBM; conjunto portátil, "intercon"; caixa de som para órgão elétrico; projetor de "slides"; toca-discos; amplificador de som com dois alto-falantes, 3 (três) microfones e 2 (dois) gravadores de som; e remédios doados pelo Board of Missions of the Methodist Church. A Igreja Metodista Central de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo da referida Igreja, proibida a troca ou venda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 97, de 1968

(LEI COMPLEMENTAR) (Nº 50-B-68, NA CASA DE ORIGEM)

Concede isenção de imposto de importação para equipamentos de produção cinematográfica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, isenção do imposto de importação incidente sobre:

a) equipamentos e materiais para instalação, ampliação e renovação de estúdios e laboratórios cinematográficos;

b) equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de fabricação de filmes virgens, para todos os fins, bem como para produção de matérias-primas básicas indispensáveis à fabricação de filmes virgens.

Art. 2º A aplicação do favor fiscal deve observar as normas específicas, inclusive as relativas ao poder de restrição conferido por lei ao Executivo, exigida a apresentação de projeto aprovado pelo órgão federal a que estiver, técnica e normativamente, subordinada a atividade beneficiada.

Art. 3º A isenção somente será aplicada aos bens sem similar nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 860, de 1968

Sr. Presidente

Requero, na forma Regimental, seja encaminhado ao Poder Executivo o seguinte pedido de informações:

1º) Qual o plano da atual administração da Caixa Econômica Federal de Brasília, sobre financiamentos de moradias?

2º) Quantos financiamentos para construção de unidades residenciais foram atendidos de janeiro de 1967 até a presente data?

3º) Qual o número de financiamentos feitos pela Caixa Econômica Federal de Brasília, no período acima citado, para aquisição de imóveis comerciais, conforme entendimentos havidos entre a Associação Comercial de Brasília e a Caixa?

4º) Possui a Caixa Econômica Federal de Brasília, recursos para atender os pedidos de financiamentos de unidades residenciais e comerciais. Já existentes em carteira? Em caso negativo, quais as providências que es-

se, sendo tomadas para o atendimento?

Sala das Sessões, 3 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 861, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Poder Executivo o seguinte pedido de informações:

1º) Quais as providências que estão sendo tomadas pela direção do IPASE para entregar aos seus legítimos proprietários as garagens demolidas nas superquadras 206 e 208 no Plano Piloto em Brasília?

2º) Como explica a direção do IPASE o memorandum endereçado aos síndicos dos Blocos prejudicados, convocando-os para a quota de 1 milhão de cruzeiros velhos por morador, para reconstrução das referidas garagens, numa atitude que inverte as responsabilidades?

3º) Diante da recusa dos moradores de participar da responsabilidade do IPASE, porque foram novamente procurados os síndicos e deles solicitado um abaixo assinado de cada Bloco, pedindo a demolição das garagens que estão interditadas?

4º) Procura o IPASE com estas providências retirar a responsabilidade dos construtores das referidas garagens e a sua própria com expedientes que envolvem os seus legítimos proprietários?

5º) Fracassadas essas tentativas, quais as providências que irá tomar agora a direção do IPASE para reconstruir as referidas garagens e entregá-las aos condôminos?

6º) Promoveu a direção do IPASE a responsabilidade da empresa ou das empresas que construíram aquelas garagens? Em caso afirmativo, quando? Ainda, em caso afirmativo, quais as empresas responsáveis?

Sala das Sessões, 3 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Os requerimentos que acabam de ser lidos independem de deliberação do Plenário. De acordo com o artigo 213, letra "d" do Regimento Interno, serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Sobre a mesma requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 862, de 1968

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 66 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado de conformidade com o artigo 53 do Regimento Comum, requeiro-se prerrogado, por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo da Comissão Mista incumbida de estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1968. — Senador Aurélio Vianna, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — De acordo com o artigo 252, nº 1, do Regimento Interno, será o requerimento lido objeto de deliberação, ao fim da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a conduta humana é uma soma de hábitos, uma estratificação de costumes. A tendência de todo ser humano, desde que começa a entender-se até os seus últimos momentos, é estabelecer-se numa série de hábitos, numa continuidade de costumes.

A própria educação leva-nos a seguir, embora quase todos numa reta ascendente, aquela tendência a permanecer. Daí por que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o homem é sempre tão revêlo às mudanças, opõe-se sempre, e às vezes com tanta violência, às transformações.

Pretende o homem, que adquire uma posição, nela permanecer; e aqueles que ainda não a possuem, buscam conquistá-la. Daí a luta que se trava, entre os que pretendem renovar a sociedade e os que desejam permanecer no "status" e que gozam as lideranças. Os movimentos populares, os movimentos ideológicos geram sempre tremendas reações, porque a humanidade é sempre tendente a permanecer naquilo que é, evitando as mudanças que parecem violentas.

Mas, Sr. Presidente, a mesma força que impõe na conduta humana o desejo de permanecer, gera, também, o desejo de conquistar.

Quando se altera a ordem pública, quando se altera a ordem jurídica ou a ordem social, as correntes que se chocam convergem, entretanto, para o mesmo objetivo: uma facção querendo dominar, afastando a dominante, e outra querendo permanecer.

As revoluções, quando revoluções, importam em mudança, em transformações. Daí por que o homem, sempre tendente a permanecer o que é, reage contra essas transformações. Mas, no meio das transformações, das mudanças, naquela luta para não se perderem lideranças, aqueles que as desfrutam, quer no terreno social como no político ou no econômico, ou reagem violentamente ou então, pelos mesmos motivos, adêrem. Reagem porque não querem perder, ou adêrem porque querem permanecer.

Sr. Presidente, estamos atualmente assistindo às consequências dessa conduta e dessas atitudes do homem.

Implantou-se no Brasil, em 1964, um movimento que se cognominou revolução de março/abril. Passados quatro anos desse movimento, verificamos que, em verdade, o que se operou foi, tão somente, o afastamento do grupo dominante para ser substituído pelo grupo que passou a dominar. Entretanto, nenhum conteúdo, nenhuma mensagem nova o movimento de março de 64 trouxe à Nação — pura e simples mudança de grupos dominantes. Daí porque estamos assistindo, nestes instantes, a esta inquietação, a esta constante entre o que é e o que se pretende que seja. O grupo que passou a dominar o País, em nome de uma Revolução que se dizia renovadora, acastelou-se no poder e, sem nenhuma mensagem, sem nenhum propósito de renovar, deseja permanecer surdo aos clamores da população, completamente insulado no mar da consciência nacional, pretendendo, como novos iluminados, ditar tão somente as suas concepções que, em verdade, são nenhuma.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, revolução é mudança, é transformação. Quando se opera apenas a substituição de um grupo político por outro, em verdade não houve revolução mas um simples golpe de um grupo dominado contra o grupo então dominante. O que aí está, em verdade, nenhuma transformação, nenhum benefício trouxe ao povo; nenhuma concepção nova da gerência da coisa pública se operou, apenas representa a vitória de um grupo desejoso de

mando, numa luta que se trava há mais de vinte anos.

E, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando contemplamos a paisagem nacional e assistimos à juventude nas ruas, aos operários clamando por mais pão, à população pedindo assistência e vemos os homens públicos pedindo para serem ouvidos, temos a triste certeza de que o Brasil, atualmente, não está sendo administrado, não está sendo guiado como nação amadurecida, com poder da auto-determinação. Parece-nos que os homens que detêm a coisa pública, sem nenhuma visão política, estão aferrados, estão embuidos do espírito de feitores e pretendem continuar à frente dos destinos da Nação, como se estivessem capatazando a própria fazenda, dispondo dela de acordo com seus interesses pessoais.

Nada se faz, Sr. Presidente, que represente uma transformação de costumes, uma renovação de hábitos, uma transformação realimente política. Nem mesmo houve uma revolução jurídica, porque as leis que se implantaram no sentido político, foram meramente leis reacionárias que restabeleceram costumes banidos da vida pública pela revolução de 30. Aí está o voto a descoberto, a eleição indireta para a escolha do Presidente da República que me parece uma anomalia que caracteriza o Brasil, entre todos os mais países do mundo, quer de regime presidencialista, quer de regime parlamentarista. É prova de que não houve sequer uma renovação no sentido jurídico.

No aspecto econômico, então, o que se pode apontar como renovação, como medidas ou providências capazes de atender aos anseios do povo?

Ainda ontem, o eminente Sr. Senador Aurélio Vianna dizia, desta tribuna, que de 1966 a esta data efetivaram-se, somente em São Paulo, cerca de nove mil falências; o que reflete a "debacle" que se abate sobre a Nação. E todas as forças que ajudam e promovem o desenvolvimento nacional estão minguando, estão desaparecendo, com reflexo na massa que se vê desesperada e desencantada.

A fome campeia. O Plano Nacional de Saúde, segundo todas as análises feitas, mera tapeação, com finalidade apenas de acomodar interesses de grupos. Não atenderá, de maneira alguma, às necessidades clamantes do povo brasileiro. E, que se dizer no terreno da produção de gêneros alimentícios? Tivemos, há bem pouco tempo, a divulgação, pelo Ministério da Agricultura, de um documento, de um livro que é, em verdade, um escaqueo atirado à face da população faminta do Brasil. O livro, todo colorido, exibindo o que seria ou o que é, no entender do Sr. Ministro da Agricultura, a mesa do brasileiro. Apresenta uma mesa lauta, como se fora a vida do brasileiro um permanente banquete do Itamarati.

Sr. Presidente e Srs. Senadores quando, entretanto, vozes sensatas partindo de todas as camadas e de todos os quadrantes, levantam-se para apontar a gravidade da situação por que passa o País e que se aprofunda, cada vez mais, os detentores do poder gritam que são vozes de incêrnicados, de subversivos que querem provocar a queda do Governo. Aquêles que advertem, aqueles que apontam os erros e pedem a correção não desejam a convulsão social. Ao contrário, pretendem preveni-la, pretendem evitá-la, pedem ao governo que olhe, com os olhos da realidade, a situação do povo brasileiro e se volte, de alma e corpo, em busca da solução. Certo que não há, um brasileiro, um único homem público que se negue, em sendo solicitado, a colaborar para que encontremos uma saída para a dramática situação que, hoje,

atige diretamente aqueles que a sofrem e, na sensibilidade, a todos aqueles que a estudam e contemplam.

Mas, Sr. Presidente, o grupo que se assenhoreou do poder, segundo essa velha lei a que me referi ao iniciar estas considerações, pretende de qualquer maneira conservar-se na liderança. Não ouve os clamores, não busca soluções e entende que através da opressão, através do mando de feitor, poderá manter um país arrolhado, as crianças morrendo à míngua de leite, atacadas pelas endemias e o operariado sem poder atender ao mínimo reclamado pelas suas necessidades. É o desejo de conservar-se à frente da coisa pública. É o propósito de conservar-se usufruindo das vantagens de uma liderança que não possui.

Em verdade, Sr. Presidente, Senhores Senadores, a própria agitação de rua, que reflete a agitação, a inquietude dos lares, traduz muito bem uma triste realidade. É que não há liderança no País. O País está sem líderes. Apenas há capacidades que pretendem dirigi-lo como se fosse uma fazenda particular. E, porque não há liderança, a sociedade está aí, o operariado está clamando, todas as camadas, todas as classes sugerem saídas, sugerem soluções, mas que não convergem para um encontro, porque, na verdade, não há lideranças no País, que possam sintetizar essas idéias.

Basta que vejamos, Sr. Presidente, que não dispomos de partidos políticos.

Os partidos políticos, nas organizações democráticas, funcionam como teses e o Governo, o executor das finalidades dos Estados, funciona, como a síntese dessas teses canalizadas ou encaminhadas pelos partidos políticos. Entretanto, o que nós temos? Dois partidos artificiais, um, que se mantém unido, porque são homens que se colocaram, com honrosas exceções, dentro da agremiação oficial, a fim de continuar usufruindo das vantagens da liderança política, econômica e social, ou de adquiri-las através de uma situação favorável ao Governo, do outro lado, um partido que não tem condições de dirigir uma mensagem ao povo. Toda idéia nova, tudo que possa oferecer, tudo que possa debater, como solução para os problemas angustiantes do povo, repercute nos ouvidos mocos dos feitores nacionais como tema de subversão, propósitos de levar o povo à rebelião, desejos de atirar o País à convulsão social. Nós, que observamos o fenômeno que ocorre, a situação que se desenrola perante os nossos olhos, compreendemos que, com um Governo surdo às sugestões, insensível aos apelos, não haverá a solução que todos nós desejamos, que é aquela capaz de repor o povo brasileiro na confiança dos seus próprios destinos.

O que se pode esperar de uma organização que pune sem ao menos oferecer aos punidos o direito de defesa? O próprio Fidel Castro, na sua violência, quando quis punir aqueles que lhe eram contrários, ou que não comungavam com o seu credo, pelo menos criou um tribunal popular, perante o qual os acusados se pudessem defender.

No Brasil, não. Infelizmente, os punidos sofreram as maiores acusações, mas, nos subterrâneos dos que tinham propósitos de vingança, ou que tinham a presença de lideranças verdadeiras, que já se estavam formando e firmando na consciência nacional.

Um dos pontos tão negativos contra a revolução que, segundo seus mentores, ainda se desenvolve, está justamente nesse caso inédito do Brasil, de punir-se alguém sem que, de qualquer maneira, ou pela menor forma, se lhe haja oferecido oportunidade de defesa. E quando se fala

em anistia, surgem os corifeus do Governo, a dizer que o momento não é oportuno, que ainda há agitação, ainda há intranquilidade.

Mas, Sr. Presidente, uma das causas desta permanente intranquilidade e insatisfação está nesses afastamentos de milhares de brasileiros, homens de mais alta profeção, homens dos mais humildes, sem que, ao menos, saibam porque foram cassados, porque foram demitidos, porque foram banidos, porque foram punidos com tanto rigor.

Só se chama o bombeiro quando está lavrando o incêndio.

Que valerá uma anistia quando todas as causas, todas as consequências dos males praticados contra aqueles que seriam beneficiados por essa anistia já tiverem desaparecido?

Indubitavelmente, não se chama o bombeiro para apagar incêndio já extinto.

Uma anistia teria, por certo, o papel importante, não digo de extinguir magoas, porque quem sofreu injustiças não as esquece, mas pelo menos de amainar, de acenar os ânimos, para que todos os considerassem realmente brasileiros livres.

O Sr. Lino de Mattos — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer!

O Sr. Lino de Mattos — Considero oportuníssimas as observações formuladas por V. Ex.^a sobre a necessidade imperiosa da anistia a todos aqueles que foram condenados pela revolução e afastados da vida pública brasileira. Lembraria o exemplo francês. Entre os recentemente anistiados pelo Presidente de Gaulle há diversos que haviam sido condenados à morte. Posteriormente, essas condenações foram transformadas em prisão perpétua; oficiais superiores do exército francês, elementos políticos que estavam expatriados, todos condenados, e no entanto anistiados no instante em que o Presidente da República Francesa sentiu a necessidade da união das forças francesas para enfrentar as reformas reclamadas, principalmente pela juventude francesa. Veja o caso brasileiro. Quais os condenados? Há, porventura, algum por condenação infamante? Examinemos um caso apenas — o do ex-Presidente da República, Jânio Quadros. Qual o inquérito policial militar, qual o inquérito administrativo, qualquer providência de ordem legal que pese sobre esse usurário brasileiro? Nenhuma. Absolutamente não foi alcançado por processo algum. Por que a cassação dos seus direitos políticos? Esse exemplo se aplica a todos os demais que perderam os seus direitos políticos por dez anos. Ora, a situação do Brasil, conforme V. Ex.^a está fixando com muita propriedade, reclama paz, reclama compreensão. Poderia o Presidente da República, Marechal Costa e Silva, chiefar neste País esse entendimento, aí, começando por propor ao Congresso Nacional anistia a todos aqueles que foram alcançados injustamente por atos da Revolução. Cumprimento o nobre representante do Amazonas pela iniciativa que tomou lembrando as autoridades brasileiras, ao Governo da República e ao Presidente Costa e Silva a necessidade de tomar iniciativa desta importância, desta magnitude para trazer o sossego, a paz, à família brasileira.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato, nobre Senador Lino de Mattos. Realmente, se o Governo deseja tranquilidade, quer encontrar soluções globais para os problemas que vêm afligindo a Nação brasileira, ele há de começar pelo restabelecimento da paz nos lares, e não somente naqueles lares atingidos diretamente mas nos lares brasileiros, porque ao meditar sobre a maneira violenta como se puniram compa-

trícios nossos, sentimos dentro de nós mesmos a ameaça permanente contra a nossa própria tranquilidade. Não se pode sentir tranquilo aquele que vê o seu vizinho ou seu irmão sofrendo uma injustiça.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite-me V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Desejaria acrescentar ao oportuno aparte do nobre Senador Lino de Mattos o seguinte: o General De Gaulle agiu, ainda, renunciando a uma justíssima reação pessoal, e, procedendo com a conduta de um verdadeiro estadista, que não pode colocar sua pessoa acima dos interesses do Estado, anistiou homens que várias vezes tentaram contra sua vida, por intermédio de uma entidade chamada OES.

O SR. EDMUNDO LEVI — Exato, nobre Senador Arthur Virgílio. O eminente Presidente da França compreende que, acima das suas paixões, dos seus interesses e dos seus pontos de vista como ser humano, ele é o Presidente da Nação francesa; não o é de uma simples chácara, como pretendem nossos governantes.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite Vossa Excelência um aparte.

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas note Vossa Excelência que o Presidente de Gaulle não obstante no exercício de um mandato por eleições populares, ao sentir aberta a crise, a profundidade dela e a procedência de muitas reivindicações formuladas, não experimentou força para proceder imediatamente. Revendo seu comportamento, apelou para o prestígio do voto popular. Confiou no povo e agora, escutando no pensamento da maioria, anuncia reformas em profundidades ao tempo em que dá o testemunho de inteligência política, a que acaba de referir-se o nobre Senador Arthur Virgílio, pois que os jornais de hoje já dizem que será proposta a anistia a direitistas, seus inimigos rancorosos. Note Vossa Excelência esta sabedoria de um homem de visão, no momento de crise, sobretudo, não há governo forte se não for escutado na opinião do povo. E o que falta ao governo brasileiro: confiança no povo.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Josaphat Marinho, Vossa Excelência, com o brilho da sua inteligência, antecipou-se às considerações que eu ia fazer sobre a maneira como o Presidente Charles de Gaulle se investiu — apesar de já estar investido legalmente de autoridade — de um reforço de autoridade, para realizar todas as mensagens anunciadas. Tudo que fizer, porém terá base no consentimento popular.

Nobres Senadores, devemos reconhecer que só há três maneiras de se chegar ao Poder: através da herança, que é um sistema que vai desaparecendo da face da terra; através do mandato popular; ou através das revogações ou de medidas de força.

Quando alguém chega ao poder com o consentimento popular, em verdade está escudado em todas as garantias legais e morais para exercê-lo. Quando, entretanto, se chega às culminâncias governamentais de um país através de um golpe de força, o titular desse poder ou se mantém como eixo do círculo de força que o apóia ou então busca, pelas medidas que adota em favor do povo, em favor da Nação, captar as simpatias populares e, assim, embora sem manifestação direta receber o beneplácito do povo.

O que vemos no Brasil é que o grupo que, pela força, se apoderou do Governo não teve a sabedoria de angariar a simpatia de conquistar os favores da simpatia popular e pretende manter-se unicamente pelo esquema de força, que julga infalível. Mas esse esquema de força, esse sistema de Governo totalmente despido de visão política mantém a Nação numa constante inquietação, numa permanente intranquilidade.

Esse sistema de Governo mantém a nação numa constante inquietação que vai cansando a todos e, por isso, são inúmeras as vezes, de todos os recantos, clamando por medidas que ponham fim a esse cansaço, a essa insatisfação a essa inquietação. O Governo, entretanto, inteiramente surdo, pretende manter-se, e permanecer, em nome de uma revolução. No entanto, revolução, é movimento e, sem que nisso haja qualquer desconsideração ou descortesia aos homens que se investiram de capitães do movimento de 64, não posso conceituá-lo como movimento, autenticamente revolucionário.

Sómente os espíritos moços podem fazer revolução. A velhice é a estabilidade, é a quietude. A maior revolução de todos os tempos sobre a terra, embora sob inspiração divina, foi realizada por um homem de 33 anos. Não há velhos vanguardistas de revoluções, exceto quando são velhos apenas no físico. A velhice é a estabilidade é a quietude, é a estática. A dinâmica é própria da mocidade, sobretudo dos espíritos jovens.

A revolução de 64 foi capitaneada pela velhice, que era a juventude, a mocidade de 1930, rebelada naquela oportunidade contra os maus hábitos, os maus costumes, os erros dominantes. Agora aquela juventude hoje no poder se restabeleceu, até em maior grau, em maior profundidade, como, por exemplo, a monstruosidade, a imoralíssima prática do voto a descoberto para escolha indireta do Presidente da República. Espíritos velhos em corpos velhos.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite Vossa Excelência um aparte.

O SR. EDMUNDO LEVI — Com todo prazer.

O Sr. Josaphat Maranhão — Sem objetivo de contestação, mas dentro da linha de seu raciocínio, se nos aprofundássemos na análise, poderíamos, mesmo, chegar à conclusão, de que os atuais detentores do poder não fizeram o que se está chamando de revolução. Aproveitaram-se do movimento vitorioso e da fragilidade inesperada do Governo anterior porque, na verdade, o movimento de opinião que se desdobrou nas ruas segundo se anunciava, tinha o propósito de resguardar a pureza do regime democrático. Verificada a fragilidade do Governo anterior e sua fácil deposição, daí é que emergiram os chamados donos da revolução, os que então se aproveitaram, muitos sem, sequer, dela terem tomado conhecimento, em tempo oportuno.

O SR. EDMUNDO LEVI — Exato, nobre Senador. Como Vossa Excelência disse, não há contestação, ao contrário, confirma minha tese de que muitos homens pelo desejo de permanecer na liderança, ou de a conquistar ou de permanecer no poder tanto se opõem como aderem à revolução. A mesma razão pela qual alguns se opõem faz com que outros adiram pois não querem perder posições.

Os que aí estão, alguns deles pretensos detentores da desconhecida ideologia revolucionária de 1964, não fizeram outra coisa senão, aderir à revolução, na esperança de continuar ou de conquistar lideranças.

O Sr. Josaphat Marinho — Note, ainda, V. Ex.^a, que no momento em que tantos não revolucionários, antes partidários do Governo passado, se adaptaram à nova situação, tivemos este exemplo singular no mundo: uma revolução extremamente conservadora, para não dizer reacionária. Tudo que era condenado no passado foi mantido, o sistema foi mantido. Foi eliminado apenas o conjunto de liberdades públicas.

O SR. EDMUNDO LEVI — O que era condenado não foi, apenas, mantido, como perfeccionado foram os defelto. E ficou conservador por isso: porque os que queriam permanecer na liderança política, social e econô-

mica engajaram-se no movimento revolucionário e se transformaram em líderes, encontrando, perfeitamente, guardada neste movimento velhice psicossomática. E tal ocorreu porque aqueles que a capitanearam eram homens já vencidos pelos tempos. Não fizeram eles praticamente uma revolução, mas simples mudança de grupos dominantes, substituição de um grupo de mando por outro, com o objetivo de empoleirar-se nas posições que vinham buscando através da confirmação popular, mas sempre a eles negada.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que o País, realmente, realize uma revolução, com o sentido de transferir a profundidade na infraestrutura como na superestrutura nacional, é preciso que ele seja o bom e novo exemplo que nos vem da velha França.

Não será pela perseguição, pela destruição dos que não concordam com os mentores do Governo que a atual situação encontrará a solução para os problemas nacionais.

Grata o Sr. Presidente da República que não permitirá — como senhor de uma feitoria — de qualquer modificação na Constituição, não permitirá um toque sequer na Constituição vigente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o eminente então Senador e hoje Professor Afonso Arinos, ao se despedir desta Casa, fez algumas considerações, oportuníssimas, sobre o que representa uma Constituição como esta sob a qual vivemos, que ele classificou de Constituição instrumento.

O instrumento é útil enquanto se realiza a operação rara que ele se destina, mas, à medida que as fases dessa operação se vão concretizando, naturalmente, outros instrumentos devem ser utilizados.

Esta Constituição é, apenas, um agrupamento de normas transitórias, não pode ser intocável, porque, em verdade, ela não representa uma estratificação da consciência jurídica nacional.

Ela deveria servir, apenas, para o roteiro daquilo que poderia ser o incerto movimento revolucionário. Entretanto, está servindo como um tempo à verdadeira revolução brasileira. Por que o Sr. Presidente da República não envereda por um caminho real, por um caminho objetivo que represente a soma das aspirações e o desdobramento das inquietações nacionais? Por que não modifica esse instrumento, que aí está, cortando aquilo que já não tem valia, que já não tem aplicação, que nunca teve, nunca terá, para dotar o país de uma legislação móvel, capaz de atender às transformações que a própria Nação reclama? Não será por uma forma estática de Governo que se há de realizar uma revolução. Sómente através de instrumento dinâmico é que poderemos realizar uma reforma agrária, capaz de atrair populações para os campos e proporcionar alimentação farta ao povo brasileiro. Não devemos unicamente aparelhar as forças militares e dar-lhes o que há de mais moderno para uma guerra, que temos fé em Deus não ocorrerá. Poderíamos, isto sim, retardar um pouco esse aperfeiçoamento material, para investir em frateros, cuidar da saúde do povo, de problemas de água, de esgoto, de melhoria de hospitais, de resolver problemas educacionais, ao invés de empregar todos esses bilhões em armamento que, em breve, estarão obsoletos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando todos sentimos que estamos às vésperas de algo que nos nodará fazer chorar lágrimas de sangue, julguei de meu dever, como homem de consciência, como homem que quer cooperar, como homem que sente os problemas nacionais, e aos interesses meramente partidários sobrepe os in-

eresses nacionais, julguei de meu dever também ser como inúmeros Colégios têm feito nesta Casa — advertir o Governo, pedir-lhe que reexamine sua conduta, não transforme o Palácio da Alvorada numa ilha escarpada no meio de um oceano revoltoso. É preciso sensibilidade para que os problemas sociais não voltem a ser, como anteriormente a 30, problemas de pata-de-cavalo hoje seriam problemas de esteiras-de-tanque. É preciso que o Governo abra sua mente, escancare suas vistas para o panorama nacional e ouça sem distinção de filiação partidária, de credo, de posição ou de ideologia a todos os homens que têm uma mensagem, uma parcela de sugestão como colaboração à tão desejada solução para a conjuntura nacional.

Sr. Presidente, convém que os homens que dirigem a coisa pública quebrem a estática em que se implantaram e aceitem a dinâmica que vem das ruas, das cátedras, das tribunas e dos pulpitos para que somando tudo isto, como teses, encontrem afinal a síntese que há de ser o bem e a tranquilidade do povo brasileiro. (Muito bem) (muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do drador) — Sr. Presidente, hoje, pela manhã, falamos sobre outras crises que estão preocupando, particularmente, o povo brasileiro: a crise de habitações.

Organizam-se os mutuários; aqueles que compraram apartamentos, através dos empréstimos que lhes foram concedidos, agora se encontram diante de uma situação terrível. Não podem pagar as amortizações nem os respectivos juros, em virtude da correção monetária. E mais de quatro mil mutuários estão em atraso com os apartamentos das prestações sujeitas à cobrança pela Justiça.

Falamos da crise operária em virtude dos baixos salários em relação à alta do custo de vida, alta que não foi contida.

Sr. Presidente, falamos, também, do manifesto que revela uma constelação de crises, lançado na Guanabara, pelos jornalistas que, em assembleia geral, o aprovam unanimemente.

Não tínhamos certeza, como dissemos pela manhã, do resultado dos entendimentos entre a comissão de professores e estudantes e o Sr. Presidente da República. Agora, nós já sabemos que os entendimentos foram um fracasso completo. A impressão que se tem é de que dos entendimentos resultaram desentendimentos mais profundos ainda. Um dos órgãos da imprensa do Estado da Guanabara revelou que o Governador Negrão de Lima voltara de Brasília alarmado, bastante preocupado. Porquê? Dissera a amigos que, no caso de haver desordens, o Exército intervirá, e poderá vir a ser decretado o estado de sítio.

Então, os temores daqueles que convocaram, extraordinariamente, o Congresso Nacional procediam.

Transpirou o Governador da Guanabara que o Presidente Costa e Silva lhe dissera que "caberia ao Governador a responsabilidade do que viesse a acontecer".

Por que o responsabilizara o Presidente da República?

A resposta está contida nas palavras do Governador, quando fizera a declaração de que "viera a Brasília comunicar ao Presidente da República a sua decisão de permitir a passeata de manhã".

Estamos, pois, diante da continuação da crise que se agrava, não há dúvidas. Eu sou daqueles que pensam que aquelas quatro reivindicações

estudantis não constituem um corpo de reivindicações que pudesse colocar o Governo numa situação difícil. Todas elas poderiam ser atendidas sem qualquer alteração na infra-estrutura e na estrutura política, social, econômica deste País. Qualquer delas poderia ser atendida sem qualquer modificação da política exterior do País. Tanto que eu não entendo muito bem ainda porque foram rejeitadas, não se tendo chegado a um entendimento. É bem verdade que eu não estou autorizado para falar sobre a conversa do Presidente da República, Sr. Marechal Costa e Silva, com a comissão de professores e estudantes. Mas, das observações que os jornais fizeram — e, creio, estão eles muito bem informados — não podemos concluir senão como estamos fazendo. E a Guanabara está sob um império, e a Guanabara está sob outra expectativa, e a Guanabara está ameaçada de novas violências, de novos desentendimentos, cujas consequências são absolutamente imprevisíveis.

Se nos fizéssemos uma pergunta sobre qual o pensamento político que orienta a juventude brasileira neste instante, ficaríamos em dificuldade para dar uma resposta categórica, esclarecedora. Que, pelos manifestos que estamos lendo; que, pelas declarações feitas nos jornais, a mocidade luta pela democratização do País, em termos amplos, creio que não há dúvida. Mas que tipo de democracia? Qual o problema sobre a organização do Estado que ela apresenta, numa nova conjuntura, numa nova etapa?

Sr. Presidente, sentimos, hoje, que há uma mobilização — a mobilização do contra alguma coisa existente. Mas nós, os mais velhos que dizem, estamos marginalizados, muito fora dos acontecimentos, vez por outra fazemos a pergunta que não nos foi respondida.

Muitos falam em nome da Igreja. É a Igreja que está falando. Quem tem competência, no Brasil, para falar em nome da Igreja, no seu conjunto? D. Elder? D. Marcos? D. Avelar? O Cardeal Primaz da Bahia? D. Scherer? O Núncio Apostólico? Há quem diga que, realmente, quem pode falar, fora do Vaticano, representando o pensamento da Igreja, é o Núncio. Mas, quando nós abrimos os jornais sempre vemos: o pensamento da Igreja é este. E adiante vemos, doutro jornal: o pensamento da Igreja é este. E os dois pensamentos não concordam. Estamos diante de uma rebelião da juventude de toda parte do mundo e o Brasil está no mundo, é claro — contra organizações ultrapassadas, a favor do direito que a humanidade tem de viver e de sobreviver. Mas, que o mundo está perplexo diante das contradições que vêm surgindo, ninguém duvida. Um dia desses indagava, numa conversa informal: "Você não gostaria de entrar para o Partido Comunista?" A resposta — "Qual deles? O orientado por Pequim ou por Moscou? Pela Iugoslávia ou pela Tchecoslováquia?" — "E a Democracia?" — "De Democracia o Sr. fala? A defendida por De Gaulle ou a defendida por Johnson? Ou a defendida pelo Partido que governa a Itália?"

Mas, voltando ao início, qual o caminho que você gostaria de seguir agora? E a resposta: "Não estou sabendo bem se o de Cuba, se o de Pequim, se o de Moscou, se o da Tchecoslováquia, se o da Alemanha Ocidental, se o de Frei no Chile."

E então a Humanidade está em transição e a mocidade em perplexidade. O que ela não aceita é este estado de coisas. Mas qual é este estado de coisas?

No Brasil, o do Brasil; na Alemanha, o da Alemanha; na China, o da China; na Iugoslávia, o da Iugoslávia. Em cada País a mocidade revela

o seu inconformismo com o estado de coisas a que assiste. Mas quais os princípios ideológicos que a congregam? Se no Brasil, no Brasil; se no Chile, no Chile; se na China, na China; e assim por diante. E agora quem fica em perplexidade somos nós, os mais velhos.

Recuso-me ficar à parte, marginalizado, porque me recuso a aceitar a tese de que existe um conflito de gerações.

A idade do homem político, do homem inteligência, do homem vida, não se revela pela sua idade física. É a idade do seu pensamento, a idade da sua ideologia, da filosofia que adota, dos princípios que defende.

Conheço moços ideologicamente esclarecidos e conheço velhos, ideologicamente, em plena juventude, avançados.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Além disso, não esqueça V. Exa. de assinalar que a História antiga ou a moderna não revela exemplo de reformas profundas ou de revoluções que tenham sido feitas com a marginalização do político e do pensamento político.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exato. Nenhuma reforma em profundidade foi feita, até hoje, sem o político e sem o pensamento político. Sem uma ideologia, sem uma filosofia política.

Há muitos que estão como que acovardados diante do problema. Ontem conversei com um grupo de líderes jovens. O que acontece comigo é o seguinte: toda vez que sou eleito sempre penso que aquele é o meu último período. Já cinco vezes que isso aconteceu. Terminei meu mandato no dia em que sou diplomado. Não vivo muito preocupado com o futuro, com o meu futuro. Preocupo-me muito com o futuro do meu País. Participo apenas.

Então, perguntei: realmente o que vocês desejam? Se estão enojados de certos políticos, também estou, e há muitos anos. Antes de alguns de vocês nascerem, eu já estava enojado. Entrei na política por isso.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exa. outra intervenção?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer!

O Sr. Josaphat Marinho — Na linha de seu raciocínio: até porque a condenação a determinados políticos ou a certos grupos políticos é uma constante também na História do mundo, em todas as épocas.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente, Senador Josaphat Marinho. Ninguém ignora que tenho uma ideologia que vem formando meu pensamento político há muitos anos.

No dia que estourou o movimento armado a que se deu o nome de revolução, mas que não revolveu coisa nenhuma, declarava eu desta tribuna: há muitos anos que sou socialista-democrata, discípulo de João Mangabeira. Não vejo motivos para alterar o meu pensamento político e para modificar a minha ideologia. Como é que o socialismo-democrático vai organizar o Estado moderno, de acordo com as peculiaridades de cada povo, com a situação de cada País. É uma resposta difícil de ser dada.

O Estado futuro será cooperativista, é no cooperativismo que está a salvação da Humanidade. É o cooperativismo uma forma do socialismo democrático? Muitos acreditam que sim e eu também acredito, concordando com muitos estudiosos dos problemas internacionais da psicologia dos povos, da economia dos países e do sentimento das Nações. Muitos pensam que a fórmula que, afinal, será implantada no mundo é a co-

operativa, não a corporativista, para a cooperativista.

Sr. Presidente tenho procurado sentir os problemas não só da juventude das nossas escolas — eu tenho filhos estudantes — como da juventude operária, como da juventude do País, sentir nos nossos próprios problemas, porque fazemos parte do processo.

Eu dizia, um dia destes, que não chegamos àquela era tão recuada da nossa história em que, em certas tribus existentes nas Américas, eram sacrificados pelos jovens os velhos, porque considerados como impréstáveis. Não chegamos a essa situação, nem creio que seja isto que a mocidade está pensando. Porque muito do que lhe é atribuído não é o seu pensamento.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. acaba de referir-se, exatamente, à necessidade de articulação do movimento estudantil, do movimento operário e do movimento de outros setores sociais, de maneira que da união de todos, da conjugação de esforços possam resultar as reformas necessárias. É exatamente o que pleiteamos, porque todos esses movimentos, no desdobramento de suas ações efetuem, exercitam um processo político — o processo político estudantil, o processo político operário, o processo político empresarial. Cada qual desses processos tem uma finalidade determinada; todos, entretanto, obedecendo a determinadas linhas de pensamento, que não são peculiares, isoladamente, a qualquer deles. O que nós aspiramos, exatamente, é que a todos esses movimentos se conjuguem também o movimento político, até porque é este que dá nas suas linhas gerais, as soluções fundamentais para a sociedade, acima dos interesses de grupos ou de classes.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Disse o muito bem V. Exa. Sem organização de Estado, como resolveríamos as reformas que se pretendem? Sem o poder político, efetivamente estruturado, que gerariam os movimentos desorganizados? Agitação apenas nada produz. Organização com finalidades determinadas produz efeitos.

Num debate — eu me lembro, pela leitura que fiz — em que tomavam parte o nosso Euclides da Cunha e creio que Silvio Romero, um deles dizia, já naquele tempo, que não está tão próximo assim de nós: "O Brasil precisa de reformas; mas, reformar pelas cimbalhas nada adianta."

O Sr. Josaphat Marinho — Acrescente V. Exa.: não só reformar pelas cimbalhas. Todas as reformas puramente técnicas ou setoriais servem a grupos, não à comunidade nacional.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente.

O Sr. Josaphat Marinho — Só servem, efetivamente, à comunidade nacional as soluções que se traduzem nas fórmulas políticas através do Poder Político, até porque são essas as soluções permanentes.

O SR. AURÉLIO VIANNA — E as divisões em profundidade sempre favoreceram os grupos reacionários.

Certo estudioso — e vou terminar por aqui — fez um adreçamento, ao tempo contestada, de que o movimento espontâneo da juventude, no mundo inteiro, obedecia a uma revolta contra a ameaça de destruição total e global da humanidade, pelos novos engenhos de guerra que a ciência humana descobriu. Depois de Nagasaki e Hiroxima, a humanidade, particularmente a humanidade jovem, que ainda não tivera tempo de viver, rebelara-se. Pela intuição e pela compreensão, verificara que o mundo inteiro, particularmente o seu

mundo, estava agora ameaçado e que uma guerra atômica, provocada pelos dirigentes das nações, os mais velhos, os que já tinham vivido bastante, poderia eliminá-la. A quem? A juventude. Houve quem sorrisse dessas observações e há quem não goste de que se discuta o assunto nestes termos. Os subdesenvolvidos gostam de debates subdesenvolvidos, para subdesenvolvidos, isto é, ataques pessoais, sem análise, apodos. "Você e contra? Por que é contra? "Porque sou contra. Você é a favor? Por que é a favor? Porque sou a favor!" E ficamos nisto.

Um oficial, que eu não sei quem é, vez por outra, me manda exemplares da revista da Escola de Comando de Estado Maior do Exército dos Estados Unidos da América, em Kansas.

Artigos impressionantes, trabalhos impressionantes sobre logística, sobre o emprego de armas ultramodernas, sobre o problema da retaliação da guerra total, da destruição total, da destruição de cidades inteiras para preservar o poder de certos povos. Eu, então, encontrei um estudo que me pôs de quarentena: "O Flautista Mágico do Moderno Pensamento Militar". Diz o seguinte:

"A despeito da solene advertência dos cientistas, soldados e estadistas, que uma guerra limitada destruirá a civilização, as nações líderes do mundo estão apoiando cada vez mais sua defesa nas armas de força ilimitada. Com ironia inconsciente, isto é chamado segurança nacional".

Neste momento os bombardeiros estão no ar no Círculo Ártico, e os Estados Unidos prontos para lançar imediatamente golpes devastadores contra todos os centros populosos importantes do mundo. Se forem desencadeados com engenhos nucleares, Arnold Toynbee aventura a hipótese de que o Pígnon Africano será o membro da raça humana que terá maior probabilidade de sobreviver a catástrofe. Outro observador do cenário atual indicou o molusco marinho dotado de concha, como a forma mais elevada de vida que poderá existir num planeta contaminado pela radiação resultante de uma guerra nuclear não limitada.

Atônitos e consternados, os homens ponderados perguntam: Como chegamos à beira desta insanidade?"

Então não há uma certa razão quando alguns afirmam que essa inquietação, que é universal, tem como origem o medo, contra o qual Roosevelt se levantou, levando o seu povo à guerra, defendendo aquelas quatro liberdades a que já me referi em outra oportunidade, inclusive esta: a liberdade de o homem não ter medo?

Não se afirma, em estudos profundos, que foi o medo que fez com que o povo francês se aglomerasse em torno de De Gaulle? Verdade! Não sou eu quem afirma. Medo de alguma coisa, transmutado em confiança em alguém que merecia fé para impedir que o medo devorasse o coração do francês, a alma do francês e destruísse as suas instituições.

Mas aquele medo que se transfere para um vulto de grande projeção internacional, aquele medo estava elevado de confiança num homem que prometeu, na crista dos acontecimentos, em plena crise, representando poderosas correntes de opinião, reformas profundas, confessando não tê-las feito quando poderia tê-las executado. Humildemente, fez a confissão.

E, então, lemos hoje:

(Lendo)

"O Presidente Charles De Gaulle está sondando economistas e dirigentes de empresas a respeito

da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, nos lucros e na gestão das fábricas. Apesar da oposição dos sindicatos poderosos: De Gaulle está decidido a transformar os 18.500.000 operários franceses em acionistas."

É ou não um princípio socializante? A gestão das empresas, com participação direta do trabalhador, é princípio socializante, para não avançar muito e dizer socialista. Porque socialização dos meios de produção é uma coisa, é um princípio, a estatização é outra.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com muito prazer, a V. Exa.!

O Sr. Josaphat Marinho — E convém que se anote: anuncia o Presidente De Gaulle tais reformas de profundidade, quase que horas após uma enorme vitória eleitoral, o que mostra a sensibilidade e a inteligência do estadista. Não basta receber os votos: é preciso fazer jus à grandeza e à justiça desses votos.

O SR. AURELIO VIANNA — Exatol

Com todo o poder, com um poder que nenhum estadista, num pleito democrático, conseguiu obter, com uma votação que nenhum estadista francês conseguiu ter com seu partido, até hoje. Com o Poder na mão, De Gaulle procede como V. Exa., Senador Josaphat Marinho, acaba de dizer.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós já tivemos no Brasil estadistas. Hoje eles rareiam. E esta palavra estadista deve ser pronunciada com muitos cuidados, para não ser desvirtuada.

Nós já tivemos homens compreensivos como De Gaulle, que num ato de grandeza, em vez de humilhar os adversários, os atrai para si. Usa da tática que Alexandre, o Grande, da Macedônia, no passado empregou com mestria. Conquistado um povo pela destruição de sua máquina militar, em vez de aniquilá-lo, o atraía para si. E houve a ocasião em que ele de uma vez só fez com que cem mil gregos se casassem com 120 mil mulheres da Pérsia.

Tivemos, no Brasil, um homem também de extraordinária grandeza. Não tinha uma grande cultura, mas possuía uma sensibilidade política muito alta. Sabia compreender o adversário, quando vencido — Luís Alves de Lima e Silva, que foi um dos sustentáculos da nossa soberania no Exterior.

Diz o historiador que eu consultei:

"Nas nossas dissenções civis, ele, seguindo o exemplo dos antigos batalhadores, antes de combater, oferecia paz, e, depois da vitória, tinha compaixão dos vencidos". Foi assim todas as vezes que pôs a sua espada gloriosa, ao serviço da ordem pública e da integridade do Império".

Onde estão os nossos estadistas? Precisamos deles. Estão escondidos? Ou estão impedidos de aparecer?

O problema aí está. Não foi criado por nós. Não foi inventado por nós. Se é universal, repito, brasileiro também o é.

Se não pudermos resolver os problemas doutros países, com que se defrontam outros povos, tentemos resolver os nossos com inteligência, humanisticamente, com sensibilidade, porque, na verdade — termino por dizer — o povo deste País está dizendo ao Governo que deseja o diálogo, para haver uma solução. Não está humilhando o Governo e não deseja ser humilhado. Está dizendo todos os dias, em todas as horas que está disposto e pronto para o entendimento, para colaborar refetivamente, a fim de que se encontre uma saída, não apenas para o estudante, mas

também para o operário, mas também para o homem-de-empresa, que manipula os capitais nacionais e que está ameaçado de ser destruído pelo poder internacional do dinheiro dos monopólios.

Toda a Nação está mobilizada à espera de uma palavra alta e de grandeza que venha do Governo e a nossa esperança ainda está em que muitos civis, temporariamente fardados, despertem, que se conjuguem na defesa da integridade deste País que eles tanto amam, que entendam os anseios de um povo que não quer mais ser subdesenvolvido porque subdesenvolvimento é retrocesso e retrocesso é morte.

Então, unidas as forças desta Nação, deste País — e as forças são de jovens porque o País é jovem — encontraremos a solução para problemas que podem ser resolvidos amanhã.

Sr. Presidente, continuamos delatando a marca da nossa passagem pelo Parlamento Nacional.

tememos dialogar com a juventude, porque, ideologicamente somos jovens, porque o nosso pensamento político é moço e porque vivemos num País que não está esclerosado, que não principiou a explorar muitas das suas grandes, imensas riquezas que ainda dormem no ventre da terra, à espera do nosso braço e da nossa inteligência.

Pelas reformas sim, procedidas com inteligência, com sabedoria. Reformar a universidade para que? Para que o País tenha "know how", inteligência criadora, homens capacitados para dirigi-lo, para manipular as suas riquezas, para fazê-lo grande, para fazê-lo feliz. Reformar para o desenvolvimento, reformar para o progresso. E' para isto que devemos reformar. (Muito bem. Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Gutomard
Petrônio Portela
Luiz de Barros
Dynton Costa
Aurélio Vianna
Armando Storni
Alvaro Catão

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência recebeu Ofício do Prefeito Municipal de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização para a importação financiada de equipamento médico-hospitalar, constante de contrato firmado entre aquela Prefeitura e a firma Siemens Ag Wernerwerk Fur Medizinische Technik, de Erlangen, Alemanha Ocidental.

A matéria irá às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, de Requerimento n.º 850, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do Senado do editorial de "O Globo", de 27 de junho de 1968.

Não há quorum para a votação. Fica a matéria adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin)

Item 2:

Discussão, em 2.º turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 58, de 1968, de autoria do Senador Nogueira da Gama, que estabelece prazo para fornecimento dos documentos a que se refere o artigo 141, item I, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960. (Lei Orgânica da Previdência Social), tendo Pareceres, sob ns. 518 e 519, de 1968, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Legislação Social, pela aprovação.

nica da Previdência Social), tendo Pareceres, sob ns. 518 e 519, de 1968, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Legislação Social, pela aprovação.

Em discussão o Projeto, em 2.º turno.

Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimento, no sentido de que seja submetido a votos, é o projeto considerado definitivamente aprovado, independentemente de votação, nos termos do art. 272-A do Regimento Interno.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 58, DE 1968

Estabelece prazo para o fornecimento dos documentos a que se refere o artigo 141, item I, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os documentos relacionados no artigo 141, item I, da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, deverão ser fornecidos pela Previdência Social, no máximo, até dez (10) dias após requeridos.

Parágrafo único. Na hipótese de não-atendimento do prazo estabelecido neste artigo, pela Previdência Social, caberá ao interessado promover a competente ação de ressarcimento de danos que porventura venha a sofrer em consequência do retardamento, além da iniciativa de requerer, junto à repartição, a apuração das causas do atraso, para fins de determinar a responsabilidade.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está finda a matéria constante da Ordem do Dia

Teríamos de votar, agora, requerimento lido na Hora do Expediente. Por falta de "quorum", a sua votação é transferida para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin), — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, logrou razoável repercussão o projeto de lei, de minha autoria, que torna obrigatório o exame psicotécnico para todos os policiais, civis e militares, encarregados de policiamento ostensivo, preventivo e repressivo.

Tive a satisfação de ler, em alguns órgãos da Imprensa, manifestação de autoridades, de magistrados, todos considerando a medida oportuna e necessária. Apenas o General França, Chefe da Polícia Federal, entendeu que o referido projeto de lei é ocioso, desnecessário. Segundo comentários daquela autoridade, os policiais são submetidos a exame de saúde quando ingressam no serviço público e, por isso, lhe parece desnecessário o exame psicotécnico. Não há necessidade de eu refutar o ponto de vista desse ilustre oficial superior do Exército, porque disso se encarregou o jornal "Correio da Manhã" que, em comentário inserido nas suas páginas, na edição de ontem, tece uma bem feita apreciação sobre a matéria. Não há que

confundir, certamente, exame de um de saúde com exame psicotécnico, inteiramente distintos. A necessidade do exame psicotécnico, se nós precisássemos de provas, te-las-íamos neste instante, ao examinarmos os acontecimentos que se vêm verificando no Território Nacional.

Certo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que nós, do Movimento Democrático Brasileiro, que fizemos a apreciação, não vamos ao extremo de responsabilizar o Chefe da Nação, ou mesmo os Governadores estaduais por crimes praticados por elementos da polícia civil ou militar, contra jovens, contra estudantes, conforme a Imprensa vem noticiando constantemente.

Estou convencido de que o policial federal que prendeu um estudante conforme, ainda ontem, os jornais deram notícia, em São Paulo, causando-lhe queimaduras a ponta de cigarro nas mãos, nos braços, na nuca e em vários lugares do corpo, é um policial que, submetido ao exame psicotécnico, emocional, de controle temperamental, não passaria. Não seria, pois, conseqüentemente, policial e não levanta as autoridades superiores a vergonha, ao vexame de constatar que fatos próprios da Idade Medieval se verificam no País.

Certamente aqueles policiais, denunciados aqui pelo Senador Arthur Virgílio, que alta madrugada invadiram a Universidade de Brasília e ali prenderam os estudantes em trajes menores, porque estavam dormindo, levando-os a vários tipos de humilhações, seguramente, Sr. Presidente, se submetidos ao exame psicotécnico, não passariam, não seriam policiais encarregados de missão tão nobre, tão elevada como a de manter a ordem pública, e assim sucessivamente.

Sinto, Sr. Presidente, que um policial não identificado, que no Calabouço, tendo à frente uma criança, um menino, um jovem desarmado, esse policial, de revólver em punho, tenha atirado matando-o; se fosse esse policial submetido a exame psicotécnico, o jovem Edson não teria morrido, não teríamos passado pela vergonha de ver registrado na imprensa brasileira e internacional que um policial brasileiro matou um jo-

vem estudando desarmado, inofensivo, pobre, humilde.

Assim, Sr. Presidente, estou convencido de que as autoridades que aquelas autoridades que já se manifestaram favoravelmente à minha proposição.

Arquivado — acredito porque não tenho meditado mais profundamente sobre o problema — está o chefe da Polícia Federal, Gal. França, que confunde exame de saúde com exame psicotécnico.

Espero, conseqüentemente, que a matéria tenha tramitação tanto quanto possível rápida no Senado, logrando aprovação aqui e na outra Casa do Congresso.

Espero, também, que o Presidente da República, ao contrário do General França, seu colega de farda, compreenda o alcance da providência que estou preconizando: submeter com a maior urgência possível, todos aqueles funcionários que prestam serviços no policiamento preventivo-repressivo e ostensivo, ao exame psicotécnico a fim de que fatos dolorosos, fatos tristes como os que se registraram em nossa Pátria não mais se repitam.

Era, Sr. Presidente, o que eu desejava dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador José Guimard.

O SR. JOSÉ GUIMARD:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Desisto da palavra o Sr. Senador José Guimard. Tem a palavra o Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

S. Exa. não está presente. Tem a palavra o Senador Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

S. Exa. não está presente. Não há mais oradores inscritos. Vou encerrar a sessão, convocando, antes, os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária amanhã, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHO DE COMISSÕES

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas.)

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE INQUÉRITO

PORTARIA Nº 6-1968

O Presidente da Comissão de Inquérito, designado pela Portaria nº 64, de 19 de junho de 1968, do Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, resolve na forma do § 2º do artigo 23 da Resolução nº 5-60, designar Hugo Antônio Crepaldi, Motorista, PL-10, para desempenhar as funções de Secretário da mesma Comissão.

Brasília, 27 de junho de 1968. — Aloisio Barbosa de Souza, Presidente da Comissão de Inquérito.

Comissão Mista incumbida de examinar a Legislação Cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café e elaborar Projeto de Lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa Autarquia.

TERMO DA ATA DA 4ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 1968

As nove horas do dia sete de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões do Palácio Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro, compareceram o Senhor

Deputado José Richa, Relator, os Senhores Assessores Adolpho Becker, Alceu Martins Parreira, José Fernandes Campos, Lineu Carlos de Souza Dias, Gil Rodrigues Júnior, Alfredo Cimafonte e mais os Senhores Coronel Francisco de Paula Soares Neto (Presidente do Conselho Consultivo do IBC), Walmir Coutinho, Walter Lazzarini, Paulo Campista Moretzshon, Juvenal Osório de Araujo Dória, José Carvalho de Souza, Hélio Vicente Viana, José Joaquim Sampaio, Lúcio Carvalho da Silva, Pedro Loureiro Maia e João Marino, funcionários categorizados do IBC e, ainda os Senhores Jair Dezol, do Banco Central; Otilio Alves de Souza, representante da Lavoura do Estado do Espírito Santo na Junta Consultiva do IBC; João de Oliveira Franco Filho, representante da Lavoura do Estado do Paraná, na Junta Consultiva do IBC; João Carlos Nogueiras, Representante do Governo do Estado de São Paulo na Junta Consultiva do IBC; Leo Lynce de Araujo, Representante da Lavoura do Estado de Goiás na Junta Consultiva do IBC; Laurio Hemem de Faria, Representante (suplente convocado) da Lavoura do Estado de Minas Gerais na Junta Consultiva do IBC; Carlos H. Barbosa de Oliveira,

do Instituto de Café do Estado de São Paulo e José Maria Teixeira Ferraz, Representante da Lavoura do Estado de São Paulo, na Junta Consultiva do IBC. Abrindo os trabalhos, o Senhor

Deputado José Richa relembra o motivo da presente reunião e das tarefas atribuídas, justificando a necessidade da apresentação dos trabalhos, considerando o término dos prazos legais e face a sua responsabilidade de apresentar à Comissão Parlamentar o anteprojeto no fim deste mês. O Senhor Lineu Carlos de Souza Dias pede a palavra e focaliza inicialmente de definir-se os objetivos da reformulação da política cafeeira reportando-se em seguida ao discurso do Senhor Senador Carvalho Pinto em Brasília e ao do Senhor Senador Ney Braga em Londrina. O Coronel Paulo Soares, Presidente da Junta Consultiva do IBC, disse haver a Comissão da Junta Consultiva se reunido no dia 6, e que o seu trabalho seria encaminhado à Comissão Mista, com subsídio para estudos. O Senhor Leo Lynce de Araujo, relator da Comissão de Reforma da Junta Consultiva do IBC, leu seu trabalho ainda em elaboração acentuando que seu objetivo era estabelecer estrutura, sem regionalizar os problemas do café, e que ficasse entrosada com as Instituições oficiais afins. Seria um Conselho com uma Superintendência cuidando dos problemas comerciais e administrativos. Com a palavra, o Senhor João Marino, Secretário-Geral do IBC, disse que a equipe do IBC tinha se reunido ontem, cuidando da reformulação sob os critérios administrativos e, quanto a parte da política cafeeira, dependia do Presidente do IBC. O Doutor Hélio Viana, Procurador-Geral do IBC, indagou se a Comissão Parlamentar já tomara informações sobre a legalidade ou não da quota de contribuição. O Senhor Deputado José Richa respondeu que não tinha informações referentes, mas que, com certeza, o Banco Central deve ter Resoluções a respeito. O Doutor Hélio Viana aduz que a forma de cobrança deveria ter amparo constitucional, tendo em vista a reforma tributária. O Senhor Deputado Felator, ordena que o assunto é muito controvertido manifestando sua opinião que se é legal ou não, são estes, aspectos diversos confiados aos assessores que dirão sobre a juridicidade da contribuição; era necessário apresentar subsídio básico para facilitar os debates. O Senhor Lineu Carlos de Souza Dias reafirmou que eram necessárias decisões sobre os pontos básicos. O Senhor Justino Villela, a respeito do mesmo assunto, disse que fazer o esqueleto dessas diretrizes gerais, mudar esta para aquele setor, não resolve, pois temos gente de mais na política do café, gente estranha, sem conhecimentos, sendo portanto indispensável que dentro de qualquer reforma sejam aproveitados os homens capazes e conhecedores do café. O Senhor Coronel Francisco de Paula Soares Neto falou sobre a desnecessidade de levantar problemas sobre a legalidade do fundo da defesa do café, pois, ainda não há reclamações judiciais contra a sua legalidade. Seguem-se debates entre o Doutor Hélio Viana, Senhor Lineu Carlos de Souza Dias e Doutor Leo Lynce de Araujo. O Senhor Adolpho Becker disse que no momento é de se evitar sair no mérito das questões focalizadas mas acha que um bom projeto de reforma deve, necessariamente, prever recursos, pois o IBC não pode viver de verbas captadas de fontes de emergência, pois tem problemas a longo prazo e não pode ver sua ação confinada a recursos temporários e aleatórios. O Senhor João Nogueiras fala sobre os impostos de exportação, a situação decadente da lavoura faz referências aos preços abaixo do custo de produção, que estamos em plano inclinado, levando-se em conta que a produção de São Paulo baixou assustadoramente, tornando-se necessário um plantio de, pelo menos 35 milhões de pés, por ano, pois, ou se reformula a cafeicultura ou ela desaparecerá. O

Senhor José Carvalho de Souza relembra que as tarefas dos Grupos já foram distribuídas em tempo e que o progresso dos trabalhos depende da entrega desses subsídios. O Senhor Alceu Martins Parreira focalizou que se torna necessário não esquecer que a Comissão tem aspectos políticos e que consagrou os dois partidos para o trabalho comum. O Senhor João de Oliveira Franco Filho disse que a política cafeeira é dinâmica e a Comissão tem como um dos encargos analisar o tumulto existente, dados os comportamentos conflitantes entre as autoridades federais na área cafeeira. O Senhor Deputado José Richa junta todos a colaborar pedindo o apressamento da apresentação dos trabalhos, sugerindo mesmo que sejam apresentadas críticas para o anteprojeto apresentado. O Senhor Alceu Martins Parreira, após lembrar que o Brasil detinha uma posição de destaque e de se referir ao destino fatal da lavoura, face a concorrência, passou à leitura do trecho de seu livro "A BATALHA DO CAFÉ", (fls. 32 a 36) na parte em que analisou a ação governamental na década de 1930, o dinamismo do seu comércio especializado, o verdadeiro programa de fomento da renda nacional então desenvolvido e reconhecido e assinalado como obra de mérito por economistas do porie de um Celso Furtado. Confrontou o Senhor Parreira esse trabalho positivo, com as linhas mestras da ação do Governo a partir de 1957 que pareceu concebida para exterminar a economia cafeeira nacional. Teceu, após, comentários sobre o comércio nacional na exportação, lembrando a influência do assessoramento prestado pelos valores do comércio da praça de Santos. A seguir, o Senhor Deputado relator lembrou a necessidade de observar-se a máxima discreção e reserva sobre as matérias tratadas nas reuniões. O Senhor João Marino comunica que aguarda a volta do Senhor Presidente do IBC para submeter-lhe os trabalhos que estão sendo elaborados pela equipe do IBC. Nada mais havendo a tratar, foram excerrados os trabalhos da reunião, avançando o Sr. Claudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Administrativo PL-9, Secretário da Comissão, o presente termo da Ata, que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Relator, vai à publicação.

Comissão Mista para exame do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1968 (C.N.), que "dá nova redação ao "Caput" do Art. 76, suprime os seus §§ 1º, 2º e 3º, o Art. 77 e os seus §§ 1º, 2º e 3º e dá nova redação ao § 1º do Art. 79 e ao Art. 81 da Constituição Federal."

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 1968

Aos seis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Dylton Costa, Achilles Cruz, Luiz de Barros, Milton Menezes, Pedro Carneiro, Antônio Carlos, Edmundo Levy, e Bezerra Neto e os Senhores Deputados Arnaldo Prieto, Hamilton Prado, Henrique Henkin, Raymundo Diniz e Franco Montoro,

realiza a sua primeira reunião a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer ao Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1968 (CN), que "dá nova redação ao caput do art. 76, suprime os seus §§ 1º, 2º e 3º, o art. 77 e os seus §§ 1º, 2º e 3º, e dá nova redação ao § 1º do art. 79 e ao art. 81 da Constituição Federal."

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Eurico Rezende, Josaphat Marinho e Mário Martins e os Srs. Deputados Teóculo de Albuquerque, Hélio Garcia, Tabosa de Almeida, Getúlio Moura, Paes de Andrade e Ezequias Costa.

Em obediência ao que dispõe o artigo 32 (trinta e dois) do Regimento Comum assume a Presidência o Senhor Senador Pedro Carneiro que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para a escolha de seus dirigentes e designa o Sr. Deputado Hamilton Prado para funcionar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Edmundo Levy . . . 11 votos
Senador Bezerra Neto . . . 2 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Milton Menezes . . . 12 votos
Em branco 1 voto

Em cumprimento ao deliberado, o Senhor Presidente eventual, Senador Pedro Carneiro, proclama eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão Mista os Senhores Senadores Edmundo Levy e Milton Menezes e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Edmundo Levy agradece em seu nome e no do Senador Milton Menezes a honra com que foram distinguidos, designa o Sr. Deputado Raymundo Diniz para relatar o Projeto, e submete à votação as normas

disciplinadoras dos trabalhos da Comissão que são aprovados por unanimidade.

Ao final, o Sr. Presidente convoca os Srs. Congressistas integrantes da Comissão para uma reunião a realizar-se na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, às 16:00 horas do dia dezoito de junho, quando o Sr. Deputado Raymundo Diniz deverá apresentar o seu relatório.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

A V I S O

1. A Comissão receberá Emendas nos dias 7 (sete), 10 (dez) e 11 (onze) do corrente mês;

2. As Subemendas ou Emendas Substitutivas deverão ser assinadas por um quarto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, contados separadamente e encaminhadas ao 11º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3. Término do prazo para apresentação de Subemendas ou Emendas Substitutivas na Comissão: Dia 11, às 19:00 horas;

4. As Emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5. Ao término do prazo de recebimento de Emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constantes do Parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6. Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7. A apresentação do Parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 18 (dezoito) de junho, às 16:00 horas, na sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal. Congresso Nacional, em 6 de junho de 1968. — Senador Edmundo Levy — Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Senador Edmundo Levy

Vice-Presidente:

Senador Milton Menezes

Relator:

Deputado Raymundo Diniz

Senadores — ARENA:

1. Dylton Costa
2. Achilles Cruz
3. Milton Menezes
4. Pedro Carneiro
5. Eurico Rezende
6. Luiz de Barros
7. Antônio Carlos

Deputados — ARENA:

1. Teóculo Albuquerque
2. Ezequias Costa
3. Arnaldo Prieto

4. Hélio Parcia
5. Raymundo Diniz
6. Hamilton Prado
7. Tabosa de Almeida

Senador — MDB:

1. Josaphat Marinho
2. Mário Martins
3. Edmundo Levy
4. Bezerra Neto

Deputados — MDB:

1. Henrique Henkin
2. Getúlio Moura
3. Franco Montoro
4. Paes de Andrade

CALENDARIO

Dia 22.5 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta.

Dia 6.6 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator

Dias 7, 10 e 11.6 — Apresentação de Subemendas ou emendas Substitutivas, perante a Comissão;

Dia 18.6 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 18.6 — Apresentação do parecer, pela Comissão; a

Dia 19.6 — Publicação do parecer; e Dia 26.6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11º andar — Anexo — Senado Federal.

Telefone: 2-4533 — Ramais 244 e 245.

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cartete Piddêiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Rauí Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaza (RN)

Antônio Carlos (SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

SUPLENTE

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermirio
 Mário Martins

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

SUPLENTE

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindeberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Muet

Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaza
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Senna

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

SUPLENTE

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

SUPLENTE

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES
Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE
José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES
Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sa
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Siegfredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE
Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE
Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Melo Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES
Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE
Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA

TITULARES
Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE
José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES
Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE
Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES
Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Adolpho Franco
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE
José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
Mar Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 244
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES
José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE
Filinto Müller
Mem de Sa
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Mem
Ney Braga
Milton Campos
Mourão
Fernando Corrêa
Arnon de Mello
José Cândido

SUPLENTES

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Paulo Tórres
José Leite
Leobaldo Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mario Martins
Aureo Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Sabino

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaça

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaça
Clodomir Millet

SUPLENTES

Julio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Veiguela da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTES

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaça
Milton Trindade

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórres
José Guimard

SUPLENTES

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Fortela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTES

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Aivaldo Mello
Milton Trindade

SUPLENTES

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaça

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

PREÇO DESTA EXEMPLAR: NCr\$ 0,10